DIARIO OFFICIAL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXXI—4.º DA REPUBLICA—N. 48

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA 13 DE FEVEREIRO DE 1892

SUMMARIO

DIARIO OFFICIAL.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO :

Decreto n. 731 de 13 de fevereiro de 1892—Approva a modificação feita no traçado da estrada de ferro do norte, no prolongamento entre o rio Trapicheiro e a rua Machado Coelho, e fixa o prazo improrrogavel de tres mezes para a conclusão das obras.

Decreto n. 738 de 13 de fevereiro de 1892—Concede autorização a José Leão Ferreira Souto para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Central de Restaurantes.

Decreto de 16 do corrente (Ministerio da Guerra).

SECRETARIAS DE ESTADO :

EXPEDIENTE do Ministerio do Interior.

EXPEDIENTE do Ministerio da Fazenda.

EXPEDIENTE do Ministerio da Marinha.

EXPEDIENTE do Ministerio da Guerra, e actos do dia 15 do corrente.

EXPEDIENTE do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, e actos dos dias 16 e 17 do corrente.

EXPEDIENTE do Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos.

REDACÇÃO — Primeiros achamentos do ouro em Minas Geraes — Minas e quintos do ouro — As polvoras sem fumaça nos combates navaes.

CAMARA DOS DEPUTADOS.

RENDAS PUBLICAS — Alfandega Federal — Recebedoria — Mesa de Rendas do estado do Rio de Janeiro.

NOTICIARIO.

EDITAES E AVISOS.

SOCIEDADES ANONYMAS.

ANNUNCIOS DIVERSOS.

DIARIO OFFICIAL

Seguinto as inspirações de espiritos anarchicos, que procuram lançar o panico nesta capital, houve quem affixasse, hontem, boletins annunciando revoluções em diferentes Estados da União e combates renhidos e sanguinolentos nas ruas da capital do Ceará.

Falsas asserções, perversamente postas em circulação, são essas, como tantas outras, creadas por mãos cidadãos, inimigos da ordem e da paz interna.

O movimento unico que se operou hontem foi o da deposição do governador do Ceará, o general José Clarindo de Queiroz.

Em nenhuma outra parte do territorio da Republica se produziram lutas, se não deram factos, cuja gravidade podesse trazer temor ou apprehensões ao espirito publico.

O governo tem, por demais, provado que não cerca de segredos ainda os factos mais graves que agitem a vida nacional.

Não intercepta a transmissão dos telegrammas, nem impede a mais livre circulação aos despachos telegraphicos.

E' claro, pois, que se não arreceia de tornar publica e universal a contingencia a que cheguem os Estados, em quaesquer manifestações agitadas da sua vida.

Esse exemplo de inteira lealdade, com que procede o poder publico, é, no emtanto, despresado; pois que os adversarios e os inimigos das instituições e do bem estar nacional, formulam boatos temerosos, transmittem de boca em boca as mais assustadoras noticias e recorrem ao telegrapho para aprofundar o sobresalto a que já conseguiram ater a população desta cidade.

No emtanto, o governo continúa severamente na execução da lei, avocando incessantemente o concurso dos que se não movem p' los despeitos, grosseiramente distarçados, pelas coleras mal contidas ou extravasadas nos ataques pessoais, pelas ambições cegas, que embotam o sentimento patriotico e afastam, cada vez mais, do razoavel criterio aquelles que, em nada presando a verdade, não conhecem escrúpulos dignos de consciencias esclarecidas e do civismo.

A retirada do 11º batalhão de infantaria da capital do Ceará para Maranguape effectuou-se por ter sido solicitada pelo general Ourique Jacques, commandante do 2º districto militar, em telegramma dirigido ao Ministerio da Guerra nos seguintes termos: «Urgem providencias, á vista do telegramma, para evitar choque entre a escola e o batalhão; julgo de necessidade immediavel mandar o 11º acampar em Maranguape, distante da capital. Peço-vos autoriseis já a execução de semelhante medida».

Por sua vez, o commandante da Escola Militar do Ceará, tratando de conflictos allí havidos entre alumnos, officiaes e praças do 11º, assim se exprime, em telegramma de 11 deste mez: «Acho impossivel a continuação da escola e do batalhão no mesmo lugar, tel».

Em data de 6 do corrente foi dirigido ao commandante da canhoneira *Braconnot*, no estado do Ceará, pelo Sr. ministro da marinha, o seguinte telegramma:

«Vosso telegramma está em contradicção com o telegramma do commandante da Escola Militar. Reitero as ordens do meu ultimo telegramma. Não deveis agredir aos adversarios, porém, proteger a escola contra elles».

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 731—DE 13 DE FEVEREIRO DE 1892

Approva a modificação feita no traçado da Estrada de Ferro do Norte, no prolongamento entre o rio Trapicheiro e a rua Machado Coelho, e fixa o prazo improrrogavel de tres mezes para a conclusão das obras.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Rio de Janeiro Northern Railway, resolve approvar a modificação feita no traçado da Estrada de Ferro do Norte, no prolongamento entre o rio Trapicheiro e a rua Machado Coelho, segundo a planta que com este baixa, rubricada pelo chefe da primeira Directoria das Obras Publicas, e fixa o prazo improrrogavel de tres mezes para a conclusão das obras, sob pena de perda dessa parte da linha.

O engenheiro Antão Gonçalves de Faria, Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1892. 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.

DECRETO N. 738—DE 13 DE FEVEREIRO DE 1892

Concede autorização a José Leão Ferreira Souto para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Central de Restaurantes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu José Leão Ferreira Souto, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Central de Restaurantes e com os estatutos que a este acompanham; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1892, 4ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antão Gonçalves de Faria.

Estatutos da Companhia Central de Restaurantes a que se refere o decreto n. 738 de 13 de fevereiro de 1892.

TITULO I

DA COMPANHIA, SUA SÊDE, PRAZO DE DURAÇÃO E DO CAPITAL

Art. 1.º Fica constituída nesta praça uma sociedade anonyma intitulada Companhia Central de Restaurantes, que se regerá por estes estatutos e pela legislação especial das sociedades anonymas na parte que lhe for applicavel.

Art. 2.º A sêde, o fóro juridico e a administração geral da companhia serão para todos os effeitos legais nesta cidade.

Art. 3.º O prazo estipulado para duração da companhia é de 30 annos, contados da data da installação, podendo ser prorogado por deliberação da assembléa geral de seus accionistas.

Antes de expirar o prazo estipulado, não poderá a companhia ser dissolvida ou liquidada, sem que se verifique alguma das hypothèses previstas na legislação em vigor.

Art. 4.º O capital da companhia será de 1.000:000\$ dividido em 10.000 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado por deliberação da assembléa geral.

§ 1.º A transferencia das acções será feita nos registros da companhia, e fóra da sêde nos estabelecimentos filiaes.

§ 2.º A directoria compete resolver qual o numero desses estabelecimentos, bem como o direito de supprimit-os.

§ 3.º Neste caso as acções que constarem dos registros suppressos serão inscriptas em qualquer outro á vontade do possuidor.

§ 4.º Fica livre aos accionistas transferir as acções de um registro para outro, quando isto lhes convenha.

§ 5.º No logar onde as acções estiverem registradas se effectuará o pagamento dos respectivos dividendos.

§ 6.º A directoria poderá, quando assim o entender, facultar aos accionistas, no tocante ás operações bancarias, a conversão de suas acções no todo ou em parte em titulos ao portador, de conformidade com o decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 7.º, § 1.º

§ 7.º Os possuidores dessas acções, para poderem fazer parte das assembléas geraes, depositarão na companhia os respectivos titulos tres dias, pelo menos, antes da reunião.

Art. 5.º O capital será realisado em prestações, sendo a primeira de 10 % no acto da assignatura dos estatutos e as restantes de 10 a 20 % com intervallo nunca menor de 30 dias, annunciando-se as chamadas com antecedencia de 10 dias.

Art. 6.º As acções poderão ser integralisadas com os lucros da mesma companhia, a juizo da directoria, e serão nominativas enquanto não forem integralisadas; em qualquer caso serão assignadas pelo director presidente e pelo director secretario.

Art. 7.º Os accionistas que não effectuarem o pagamento nos prazos fixados pela directoria, tanto na Capital Federal como nos estabelecimentos filiaes, e o fizerem dentro dos 30 dias subsequentes, incorrerão na multa de 8 % sobre a prestação retardada.

Os que excederem deste prazo perderão o capital que tiverem pago em beneficio da companhia e suas acções serão declaradas em commissio, salvo caso de força maior, a juizo da directoria.

Art. 8.º As acções cahidas em commissio poderão ser reemitidas pela directoria e o seu producto levado a fundo de reserva.

Art. 9.º A companhia poderá estabelecer casas filiaes ou constituir agencias nas praças do Brazil e nas principaes da America e Europa para satisfação de suas transacções commerciaes e bancarias.

TITULO II

DOS FINS DA COMPANHIA

Art. 10. A companhia tem por fim :

§ 1.º Adquirir ou fundar onde melhor convenha, nesta capital e nas praças dos estados da Republica, restaurantes de diversas classes, armazens de comestiveis de seccos e molhados e outros congeneres, e bem assim fabricas e casas de negocio de qualquer natureza, fundando-as ou comprando-as, ou mesmo associando-se a terceiros em condições vantajosas, a juizo da directoria;

§ 2.º Montar um ou mais estabelecimentos centraes em grande escala para fornecimento dos diversos ramos de negocio;

§ 3.º Importar directamente de qualquer procedencia nacional ou estrangeira generos de toda e qualquer qualidade que formem o objecto de seu negocio;

§ 4.º Comprar e vender por atacado e a varejo todo e qualquer genero nacional ou estrangeiro, e bem assim recebê-lo á consignação;

§ 5.º Exportar generos de procedencia nacional ou estrangeira para os diversos estados da Republica ou outras nações;

§ 6.º Receber em consignação navios á vela ou qualquer sorte de barcos a vapor;

§ 7.º Emprestar sobre conhecimentos de generos depositados nas repartições fiscaes;

§ 8.º Fazer adiantamentos sobre facturas de generos á consignação;

§ 9.º Crear uma secção bancaria de cambias e descontos e toda a sorte de transacções, nos termos dos artigos destes estatutos que lhe são applicaveis;

§ 10. Recêber dinheiro em deposito e em conta corrente por meio de cadernetas, sendo a quantia minima de 10\$000;

§ 11. Subscrever, comprar e vender por conta propria ou alheia fundos geraes e acções de bancos e companhias;

§ 12. Emprestar sob caução de titulos em geral e valores que tenham cotação nas bolsas da Republica;

§ 13. Descontar lettras do Thesouro, dos bancos e das praças da União Federal e de firmas commerciaes desta praça a juizo da directoria;

§ 14. Contrahir empréstimos, redescantar titulos de sua secção bancaria e realisar outras operações de credito;

§ 15. Fazer aliamento em conta corrente sobre propriedades com garantia de hypothecas ou titulos bem reputados;

§ 16. Emitir, por conta propria ou alheia, titulos de prelação ou *debentures*;

§ 17. Celebrar contractos com o governo para a realização de qualquer melhoramento industrial ou proporcionar a particulares meios de fazê-lo sob hypotheca devidamente garantidora;

§ 18. Solicitar concessões e outros quaesquer favores do governo geral e estadual no tocante ao desenvolvimento das sciencias, artes e industrias do Brazil;

§ 19. Abrir credito em conta de mercadorias aos accionistas ou não em qualquer estabelecimento desta praça, com garantia, a juizo da directoria.

TITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11. A administração geral da companhia será composta de tres directores, os quaes nomearão de entre si o respectivo presidente, secretario e gerente, que accumulará o logar de thesoureiro.

Art. 12. A eleição da directoria proceder-se-ha por escrutinio secreto.

§ 1.º Será considerado eleito o accionista que reunir maioria absoluta de votos;

§ 2.º No caso de não verificar-se a hypothese do § 1.º, correrá novo escrutinio entre os mais votados em numero duplo dos que tiverem de ser votados, bastando então a maioria relativa dos votos;

§ 3.º No caso de empate, será preferido o accionista que possuir maior numero de acções.

Art. 13. O mandato da directoria durará seis annos.

Art. 14. A reeleição da directoria é facultativa á assembléa geral.

Art. 15. Para exercer o cargo de director, é necessario ser accionista possuidor de duzentas acções.

Estas acções serão escripturadas como caução e garantia dos actos administrativos, não podendo ser alienadas enquanto não forem pela assembléa geral as contas dos que tiverem exercido o mandato approvadas.

Art. 16. Não poderão exercer conjunctamente o mandato os directores que forem sogro e genro, nem os cunhados durante o cunhadio, ou parentes consanguineos até 2.º grão, e os socios de firmas commerciaes, assim como não poderão ser eleitos os impedidos pelo Codigo Commercial.

Art. 17. Quando a escolha da assembléa geral tiver recaído em pessoas que estejam impedidas pelas disposições da 1.ª parte do artigo precedente, serão declarados nullos os votos que houverem obtido e proceder-se-ha em acto successivo a nova eleição, tão sómente na parte relativa a nullidade.

Art. 18. Além dos mandatarios directos da assembléa geral a companhia poderá ter outros auxiliares de nomeação e confiança da directoria.

Art. 19. Em caso de impedimento prolongado de um dos directores a administração, ouvindo o conselho fiscal, chamará um accionista que tenha as precisas qualidades para o substituir.

Si o impedimento for justificado ou por ausencia em serviço da companhia, cessarão as funções do nomeado logo que o proprietario do logar se apresente

Art. 20. Si algum director, sem motivo justificado, deixar de exercer as funções por tempo excedente a tres mezes, entende-se que resignou o logar e nesses casos proceder-se-ha de accordo com a primeira parte do artigo precedente.

Art. 21. Os directores são responsaveis pelos seus actos de mandatarios nos termos do decreto de 17 de janeiro de 1890.

Art. 22. A directoria reunir-se-ha diariamente na sêde da companhia e as suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Art. 23. O director presidente será substituido nos seus impedimentos temporarios pelo director secretario. Este terá a seu cargo o livro das actas da directoria e assignará com o presidente os titulos representativos das acções.

Art. 24. São attribuições e deveres da directoria :

§ 1.º Zelar, dirigir e administrar todos os negocios da companhia;

§ 2.º Resolver sobre a fundação dos estabelecimentos filiaes, determinando a natureza e os limites das operações;

§ 3.º Nomear e demittir os gerentes das casas de negocios, assim como os demais empregados e marcar a todos os vencimentos que lhes competem, fazendo com elles os tratos que forem necessarios;

§ 4.º Organisar contas e balanços que tenham de ser apresentados á assembléa geral além de um balanço semestral demonstrativo das operações effectuadas;

§ 5.º Fixar o dividendo que tem de ser substituído semestralmente de accordo com o conselho fiscal e em vista dos lucros líquidos da companhia;

§ 6.º Deliberar convocações da assembleia geral ordinaria e extraordinarias, sendo estas ultimas julgadas necessarias e depois de ter consultado o conselho fiscal;

§ 7.º Determinar a época para a chamada de capital nos termos do art. 5.º destes estatutos;

§ 8.º Resolver o pagamento de todas as contas, despesas e obrigações da companhia, assim como sobre todas as arrecadações de rendas fazendo recolhê-las ao cofre da companhia, quando entender necessar'o;

§ 9.º Representar a companhia em todos os seus actos, tanto em juizo como fóra d'elle e celebrar contractos de direitos e obrigações;

§ 10.º Prestar ao conselho fiscal todos os esclarecimentos necessarios para os exames que ao mesmo competem;

§ 11.º Fazer executar os presentes estatutos e as resoluções da assembleia geral;

§ 12.º Organisar para apresentar ao governo estadual qualquer trabalho referente ao pedido de concessões e privilegios, nos termos do § 27 do art. 10 destes estatutos;

§ 13.º Declarar em commisso, de accordo com o que preceitua o art. 7.º na parte final, as acções cujos possuidores não fizérem as entradas respectivas no tempo marcado;

§ 14.º Estabelecer bases para os contractos de compra e venda dos estabelecimentos commerciaes e de qualquer especie de fornecimento, resolvendo sobre a melhor forma de execucao;

§ 15.º Discriminar previamente as attribuições communs e peculiares a cada um de seus membros de accordo com as leis das sociedades anonymas.

Art. 25. O mandato da directoria é pleno dentro dos limites dos estatutos e da lei e nelle se inclue o direito de transigir e de resolver judicialmente e extra-judicialmente as questões entre a companhia e terceiros para o que ficam-lhe concedidos poderes livres e geral administração.

Art. 26. Quando seja conveniente e para prompto expediente do serviço da companhia, a assignatura do presidente poderá ser supprida pela do secretario.

Art. 27. Cada director será remunerado com o vencimento fixo de 6:000\$ annuaes e com a porcentagem estabelecida no art. 44.

Art. 28. A directoria regulamentará a administração das casas de negocio e estabelecimentos filiaes da companhia quando assim julgar opportuno.

TITULO IV

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 29. A assembleia geral é a reunião de todos os accionistas possuidores de 20 ou mais acções inscriptas no registro da companhia com antecedencia de 60 dias.

Para todos os effeitos podem os accionistas fazer-se representar nas assembleias geraes por procuração a outros accionistas.

As sociedades anonymas ou corporações serão representadas por um mandatario; as firmas sociaes por um de seus socios; as mulheres casadas por seus maridos; os menores, os fallidos e os interdictos por qualquer motivo por seus tutores ou representantes legais, devendo os documentos comprobatorios do mandato ou representação ser apresentados na companhia com tres dias de antecedencia ao da reunião.

Art. 30. Os accionistas que tiverem transferido as suas acções em caução, conservarão o direito de representação nas assembleias geraes, assim como o de receber os dividendos salvo, quanto a estes, estipulação em contrario, que deverá ser commmunicada á companhia pelos interessados.

Art. 31. Para se constituir a assembleia geral é preciso que estejam representadas no minimo tres quartas partes do capital. Si no dia e hora aprasados não comparecerem por si ou por procuradores accionistas em numero sufficiente para se constituir a assembleia geral será por annuncios nos jornaes convocada nova reunião e esta deliberará validamente qualquer que seja a somma do capital representado. Tratando-se porém da reforma dos estatutos, augmento de capital ou liquidação da companhia, observar-se-ha o que dispõe o art. 15, § 4.º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Art. 32. A assembleia geral será presidida por um accionista nomeado por aclamação e este nomeará dous secretarios para o auxiliarem na direcção dos trabalhos.

Art. 33. Haverá annualmente uma assembleia geral ordinaria, que deverá effectuar-se dous mezes depois de terminado o anno social, e extraordinarias tantas vezes quantas a directoria e conselho fiscal julgarem necessarias ou forem requisitadas por sete ou mais accionistas que representem no minimo tres quintos do capital da companhia o motivo a requisição.

§ 1.º Nas reuniões ordinarias serão apresentados a exame e deliberação da assembleia o relatório e contas da directoria e parecer do conselho fiscal, depois de julgadas estas se procederá a eleição destes.

§ 2.º Nas assembleias extraordinarias somente se tratará do assumpto especial que tiver ocasionado a convocação.

Art. 34. As votações nas assembleias geraes serão contadas para todos os effeitos na razão de um voto por 20 acções, não podendo o accionista, ainda mesmo que represente uma ou mais procurações, dispor de mais de 50 votos.

Art. 35. A directoria e os fiscaes não poderão tomar parte nas votações referentes ás contas ou acto administrativo, nem podem na qualidade de mandatarios representar outros accionistas.

Art. 36. Quando se proceder ás eleições a votação será sempre por escrutinio secreto, e quando se tratar de reforma de estatutos, augmento de capital e liquidação da companhia, será por acções, salvo deliberação unanime da assembleia.

Art. 37. Os accionistas que possuirem menos de 20 acções, não teem direito de votar, mas podem assistir, discutir e propor o que entenderem conveniente.

Art. 38. A convocação da assembleia geral ordinaria se fará por annuncios nos jornaes com antecedencia de 15 dias ao que for marcado para a reunião e das extraordinarias com antecedencia não inferior a cinco dias.

A transferencia das acções será suspensa alguns dias antes daquelle que for fixado para a reunião da assembleia geral, dando-se disso noticia por annuncios nos jornaes.

Art. 39. Nas attribuições da assembleia geral se comprehende o direito de:

- a) reformar os estatutos;
- b) augmentar o capital social além dos limites fixados;
- c) julgar as contas annuaes e dar ou negar quitação aos mandatarios;
- d) eleger o conselho fiscal;
- e) alterar as quotas destinadas ao fundo de reserva;
- f) deliberar sobre a prorogação do prazo de duração, dissolução e liquidação da companhia de accordo com a legislação vigente;
- g) tomar conhecimento e resolver sobre todos os interesses da companhia.

Art. 40. A aprovação pela assembleia geral das contas annuaes e actos administrativos extingue completamente a responsabilidade dos mandatarios com relação ao periodo das mesmas contas, salvo a hypothese prevista na legislação.

TITULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 41. O conselho fiscal será composto de accionistas possuidores de 100 ou mais acções cada um e constará de tres membros effectivos e tres supplentes eleitos annualmente pela assembleia geral ordinaria e por escrutinio secreto, observadas as disposições dos arts. 32, 35 a 39, podendo o mandato dos fiscaes ser renovado por eleição.

Art. 42. Os membros do conselho fiscal effectivos serão, nos casos de renuncia ou vaga por qualquer motivo, substituídos pelos supplentes. A ordem da substituição será regulada pela votação, preferindo os que tiverem sido eleitos por maioria de votos, e no caso de igualdade na votação preferindo os que tiverem maior numero de acções.

Art. 43. Compete ao conselho fiscal:

- 1.º Dar sobre os negocios da companhia parecer que será entregue á directoria, a tempo de ser incluído no relatório annual;
- 2.º Convocar a assembleia geral extraordinaria, nos termos do art. 14, § 3.º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890;
- 3.º Dar conselho, sempre que para isso for solicitado pela directoria;
- 4.º Examinar, durante o trimestre que preceda a reunião ordinaria da assembleia geral, a caixa, carteira, a escripturação e todos os documentos que necessite consultar.

Os membros do conselho fiscal perceberão mensalmente 100\$, cada um.

TITULO VI

DOS LUCROS, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 44. Dos lucros líquidos verificados semestralmente serão deduzidos:

- 10 % para o fundo de reserva;
- 5 % para a directoria;
- 5 % para os incorporadores.

Do restante se dará o dividendo maximo de 15 %, creando-se com o excedente um fundo especial que poderá ser applicado na integralisação do capital, ou que, integralizado este, seja distribuído aos accionistas, pelo modo que a directoria e o conselho fiscal julgar conveniente.

Todas estas verbas poderão ser alteradas, para mais ou para menos, quando se faça a reforma de estatutos por deliberação da assembleia geral, a excepção da que se destina aos fundadores José Francisco Lisboa e Viviano da Silva Caldas e por morte aos legitimos herdeiros, por todo o tempo da duração da companhia.

Art. 45. Nenhum dividendo será distribuído quando se verificar porventura qualquer perda que desfalque o capital social e este não tiver sido integralmente restaurado.

Art. 46. O accionista que desejar integralisar suas acções terá o abatimento de 5 % sobre as entradas que faltarem realizar.

Art. 47. Os dividendos só poderão ser tirados da renda líquida da companhia, proveniente de operações effectivamente concluídas dentro do respectivo semestre.

TITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 48. A dissolução e liquidação da companhia verificar-se-ha pela terminação do prazo, por deliberação da assemblea geral dos accionistas, de accordo com as leis em vigor.

Art. 49. Para ser empregado gerente ou administrador da companhia é preciso ser accionista, e, seguindo os cargos que occupar, a directoria determinará o numero de acções que deve possuir, para garantia do logar, as quaes deverão ser caucionadas.

Art. 50. O anno social principiará a 1 de janeiro e terminará a 31 de dezembro, e a companhia para os casos omissos se regulará dentro desses limites pelas leis vigentes e especialmente pelo decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890 e o respectivo regulamento.

Art. 51. Os estabelecimentos adquiridos serão administrados pelos ex-proprietarios ou seus prepostos, preferindo-se os empregados dos mesmos estabelecimentos, possuidores de uma ou mais acções, as quaes caucionarão para a gestão do seu cargo.

Art. 52. Os pequenos fornecimentos para os estabelecimentos da companhia serão feitos de preferencia em casa dos accionistas.

Art. 53. Fica a directoria autorizada a pagar todas as despesas que tiverem sido feitas pelos fundadores com a installação da companhia.

Art. 54. Por excepção dos estatutos presentes, os accionistas reconhecem e aceitam a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei, approvam estes estatutos e nomeam para a primeira directoria os abaixo mencionados, a quem autorizam a aceitar qualquer alteração ou modificação que o governo faça nos mesmos estatutos.

Directoria

José Francisco Lisboa, presidente.

Viviano da Silva Caldas, gerente.

José Leão Ferreira Souto, secretario.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1891. — *José Leão Ferreira Souto*.

Ministerio da Marinha

Por decretos de 16 do corrente :

Foi reformado, a seu pedido, o capitão de fragata José Victor de Lamare no posto e com o soldo de capitão de mar e guerra, vencendo mais 10 quotas da gratificação adicional, correspondente a official superior, por contar 35 annos de serviço;

Foi promovido a 1º tenente, por antiguidade, o 2º tenente Alberto Carlos da Cunha.

Ministerio da Guerra

Por decretos de 16 do corrente:

Concedeu-se ao tenente do corpo de estado maior de 1ª classe Annibal de Azambuja Villa Nova a graduação do posto de capitão de conformidade com o art. 3º do decreto 404 de 27 de junho de 1891.

— Foi nomeado o major do corpo do estado maior, de 1ª classe Joaquim Pantalhão Telles de Queiroz para exercer o logar de comandante da escola Pratica do Rio Grande do Sul, sendo exonerado desse logar o tenente coronel do corpo de estado maior de artilharia, Norberto de Amorim Bezerra.

— Foi nomeado o tenente coronel do corpo de estado maior de artilharia Norberto de Amorim Bezerra para exercer o logar de director do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul.

Foi dispensado o general de brigada Francisco Lima e Silva d e logar do commandante do 7º districto militar.

Ministerio da Agricultura

Por decreto de 17 do corrente, foi concedida aposentadoria extraordinaria a José Francisco de Macedo no logar de almoxarife da estrada de Ferro Central do Brasil na conformidade do que estabelece a primeira hypothese do art. 75 combinado com o art. 78 do regulamento approved pelo decreto n. 406 de 17 de maio de 1890.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio do Interior

Expediente do dia 16 do fevereiro de 1892

Accusou-se e agradeceu-se, por intermedio do governador do estado de S. Paulo, o recebimento do officio em que a Intendencia de Itapetininga communica haver votado uma moção de felicitação ao governo federal, assegurando-lhe sincero apoio e louvando-o pelo seu patriotismo e energia em relação aos perturbadores da ordem publica.

— Concederam-se quatro mezes de licença, sem vencimento, a fim de tratar da saude, ao Dr. Julio Cesar Ferreira Bandão, delegado de hygiene em commissão.

— Recommendou-se ao inspector geral de hygiene manda examinar com toda a urgencia o assumpto de que trata a nota que lhe é remettila, concernente á uma vala que atravessa terrenos da freguezia do Engenho Novo; e verificada a procedencia da reclamação, quanto a prejuizo que resulte para a salubridade publica da permanencia da dita vala, providencie aquelle inspector junto ao conselho da Intendencia Municipal no sentido de ser remediado o mal.

— Remetteu-se ao conselho da Intendencia Municipal, para informar, cópia do requerimento em que o bispo do Rio de Janeiro solicita sejam entregues ao fabriqueiro da Cathedral do Bispado os quadros e imagens, dedicados ao culto catholico, que o mesmo conselho mandou retirar dos estabelecimentos publicos e enviar para a Academia das Bellas Artes.

— Requisitou-se ao Ministerio da Fazenda a expedição de ordem para que se pague a quantia de 3:172\$100, importancia de fornecimento feito á Estação Central de Desinfecção nos mezes de novembro e dezembro do anno findo.

Ministerio da Fazenda

Por portarias de 16 do corrente, foram concedidos tres mezes de licença, com vencimentos na fórma da lei, ao thesoureiro da Thesouraria de Fazenda do estado das Alagoas, Claudino Affonso de Carvalho, para tratar de sua saude onde lhe convier; e 30 dias, nas mesmas condições e para fim identico, ao praticante da Imprensa Nacional, Auctoriano Ferreira Jorge da Costa.

Expediente do dia 11 do fevereiro de 1892

N. 21.— Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1892.

Sr ministro dos negocios da justiça.— Restituindo-vos o officio que veiu anexo ao aviso do ministerio a vosso cargo, de 23 de outubro do anno passado, e com o qual o presidente do estado de S. Paulo transmittiu-lhe a representação da Junta Commercial do mesmo estado sobre as difficuldades que tem encontrado na cobrança do imposto do sello dos contractos de dissolução geral de sociedades commerciaes por causa da redacção dos respectivos termos, cabe-me declarar-vos que, apezar da referencia feita no art. 2º, n. 8, do decreto n. 8946 de 19 de maio de 1883, á ordem n. 241 de 23 de outubro de 1852, deve ser acceto o expediente do aviso n. 1 de 8 de janeiro do primeiro desses annos, que não repugna a doutrina da cidadã ordem; porquanto, esta, no seu n. 2, estabelece que é devido o sello quando nas escripturas se estipula a divisão dos bens da sociedade entre os socios, ou que cada um dos contractantes ou qualquer delles terá de haver uma quantia, seja em dinheiro, seja em bens de qualquer especie; e o mencionado aviso, no respectivo n. 3, declara que não será admitido ao registro o distrato em que se omittiram as declarações referentes á partilha do capital e lucros.

A' vista do exposto, não ha necessidade, para se pôr em pratica a disposição fiscal do decreto de 1883, de violar os arts. 17 e 18 do Código Commercial, procedendo a exame de livros fóra dos casos legaes.

Saude e fraternidade.— *Francisco de Paula Rodrigues Alves*.

N. 6.— Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1892.

Em resposta ao telegramma de 27 de janeiro proximo findo, no qual o Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do estado da Bahia communica que o Banco da Bahia recebeu dos respectivos cofres a quantia de 300:000\$ em notas de grandes valores de diversos bancos para ser entregue no Thesouro Nacional ou na Caixa de Amortisação, por intermedio do Banco do Brazil, a fim de se enviar á mesma thesouraria igual quantia em notas de pequenos valores, visto não ter ella notas do Thesouro para remetter directamente, no intuito de realisar-se o seu troco; declaro-lhe que, uma vez que a dita thesouraria não fez a remessa de notas do governo, é impossivel o troco por notas miud; não só por não poder ser feito na Caixa de Amortisação, como porque taes bancos tem lançado na circulação tão diminuta quantidade de notas de pequenos valores que, nem sequer satisfaz as necessidades do mercado desta capital.— *Francisco de Paula Rodrigues Alves*.

N. 3.— Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1892.

Tendo presentes as informações prestadas pelo Sr. inspector da Thesouraria de Fazenda do estado do Ceará, no officio n. 85 dirigido á directoria geral da contabilidade em 19 de novembro de 1891, relativamente ao acto do seu antecessor Germano Antonio Machado, mandando, contra os votos da junta de fazenda, e sem fundamento legal, passar quitação ao ex-pagador da commissão de açudes do Quixadá José Clemente Montes, não obstante estar este alcançado na quantia de 2:195\$000, proveniente de despesas illegalmnte effectuadas, e cujos documentos não se acabam revestidos das precisas formalidades, conforme se verifiou na liquidação de suas contas; resolvi annular o acto de que se trata, e mandar que seja compellido esse responsavel a recolher aos cofres nacionaes a importancia do respectivo alcance, incluída a quantia de 300\$ que indevidamente lhe foi abonada como ajuda de custo.

O que communico ao Sr. inspector para a devida execução.— *Francisco de Paula Rodrigues Alves*.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Bacharel Aristiles Cesar de Almeida, inspector da Thesouraria de Fazenda do estado da Bahia, pedindo pagamento de ajuda de custo e passagens até a Bahia. — Não tem le-

gar o que requer, devendo regressar no primeiro vapor para o estado da Bahia.

Intendencia Municipal da Capital Federal, pedindo que sejam despachadas na Alfândega do Rio de Janeiro 100 caixas de naplita destinada a servir de combustível á lancha da mesma intendencia, empregada no serviço da mata marítima e fiscalização das praias.—Expõem-se ordens.

Vicencia Maria Ferrer, filha do capitão reformado do exercito Vicente Ferrer da Silva Lisboa, pedindo reversão do soldo que percebe sua finada irmã D. Amelia Maria Carlota Ferrer.—Indeferido.

Companhia Manufactureira e Agricola no Maranhão, pedindo que seja resolvida a duvida sobre o recebimento do deposito relativo ao augmento de seu capital.—Receba-se.

João Aquino Fonseca, pedindo que se certifique si no trapiche Fonseca, na cidade do Recife, pertencente á firma Fonseca Irmão & Comp., pôde-se depositar soda caustica, potassa, breu, barrilha e sebo.—Dirija-se ao inspector da Alfândega de Pernambuco.

Companhia Industrial Assucareira pedindo isenção de direitos padra o material destinado á usina que está construindo no sitio Tacaruna, no estado de Pernambuco.—Exijam-se da thesouraria de fazenda os esclarecimentos a que se refere a ultima parte do parecer da directoria geral das rendas publicas.

Candido Antonio dos Santos, guarda da Alfândega do Rio de Janeiro, pedindo tres mezes de licença para tratar de sua saude.—Concedo sessenta dias.

Ricardo Francisco dos Santos, ex-caixa da Repartição Geral dos Telegraphos, pedindo permissão para substituir sua fiança garantida com a hypotheca do predio n. 2 da rua Vinte-Oito de Setembro, pelo deposito de dez aplices da divida publica, do valor nominal de 1:000\$000 cada um.—Indeferido.

Conferentes de capatazias da Alfândega do Rio de Janeiro, pedindo que lhes sejam concedidos oito dias de férias.—Indeferido.

Companhia Estrada de Ferro Leste de Minas, apresentando a relação do material que pretende importar livre de direitos, com destino ás suas obras, conforme foi exigido pelo despacho de 12 de dezembro de 1891.—Expeça-se ordem de accordo com o parecer da directoria geral das rendas publicas.

Dr. Julio Cesar Ferreira Brandão, presidente da Companhia Industrial de Stearina, e outros fabricantes de sabão e velas, pedindo a annullação do accordo firmado na Directoria Geral do Contencioso com a Companhia Industrial de Sabão e Velas, hoje Companhia Luz Stearica, em 1 de outubro de 1891 ou que seja regulado pelas disposições do decreto n. 3313 de 16 de dezembro de 1886 e pelo decreto regulamentar de 25 de abril de 1887, consolidado pelo decreto de 4 de novembro de 1890.—O accordo a que se referem os supplicantes no final de sua petição não pôde deixar de ser regulado pelo decreto n. 917 A de 4 de novembro de 1890, que consagrou os principios constantes das insrueções de 26 de abril de 1887. O decreto n. 25 de 30 de dezembro de 1891, declarou expressamente em vigor o de n. 917 A de 4 de novembro de 1890 e comprehensivo das concessões anteriores á sua publicação.

José Antonio Leite e Joaquim Leite, pedindo ser empossados nos terrenos, afogados a seu finado sogro e avô Manoel Antonio de Avila, no extincto aldeamento de S. Miguel, municipio da capital de S. Paulo.—Informe a Thesouraria de Fazenda de S. Paulo.

Ministerio da Marinha

Por portaria de 16 do corrente, foi nomeado o 1º tenente Adolpho Victor Paulino para commandar o aviso fluvial *Juruema*.

Por titulo da igual data, foi nomeado o 1º tenente João da Costa Pinto para a logar de official effectivo da Escola Naval,

Expediente do dia 13 de fevereiro de 1892

Ao Ministerio da Fazenda:

Rogando os seguintes pagamentos:

De 1:136\$200, proveniente de encadernações feitas pela Imprensa Nacional para o quartel general, publicações e encadernações para a Contadoria da Marinha e Escola Naval, durante o anno passado;

De 1:701\$117, proveniente de gaz consumido no Arsenal de Marinha desta capital, no 4º trimestre do anno passado, taxa de esgoto relativa ao 2º semestre e fretes e passagens concedidos em setembro e outubro do dito anno;

De 910\$958 ao hospicio Nacional de Alienados, pelo tratamento de officiaes e praças da armada, durante o segundo semestre de 1891.

Rogando a concessão dos seguintes creditos:

De 46:900\$ á Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Sul, distribuido ás seguintes verbas do exercicio de 1891:—Corpo de marinheiros nacionaes—5:000\$;—Força naval—21:000\$;—Munições de bocca—19:000\$;—Eventuaes—1:900\$000.—Deu-se conhecimento á referida thesouraria e ao quartel-general e á Contadoria.

De 1:143\$786, á Thesouraria de Fazenda da Bahia, por conta da verba—Obras—do exercicio de 1892.—Communicou-se á Contadoria.

—Ao Ministerio da Agricultura, rogando a expedição de ordem para que a Estrada de Ferro Central do Brazil extraia novas contas, contendo em separado a importancia do fornecimento de carvão feito ao Commissariado Geral da armada e ao Arsenal de Marinha, em setembro de 1891.

—Ao Quartel General, determinando que mande prender e recolher á Capital Federal, afim de serem submettidos a processo e julgados de accordo com as leis militares, os 1º tenentes Augusto da Cunha Gomes, José Martini, Alfredo José Alves e Alvaro Ribeiro da Graça, cirurgião de 4ª classe Romualdo Martins Alves, commissarios de 4ª classe Alfredo Hyppolito Aché e Moysés Henrique Spyer, visto se terem negado a cumprir ordens dadas ao commandante da flotilla do Amazonas e se terem tornado co-réos do governador daquelle estado quando decretou o estado de sitio, violando o n. 21 do art. 34, n. 15, dos arts. 48 e 80 da Constituição Federal.

—Ao director do Hospital de Marinha, mandando providenciar para serem examinados os instrumentos cirurgicos remettidos pelo Arsenal de Marinha do Ladario, lavrando-se termo dos que não possam ser utilisados, para despeza do responsavel.

—A Contadoria:

Declarando que o 1º sargento, invalido, do corpo de marinheiros nacionaes Cardolino Fernandes de Lima deve indemnisar o Estado da quantia de 336\$507, correspondente ao soldo, liquido do desconto para asylo, e importancia das rações que recebeu no periodo de novembro de 1890, em que foi admittido na brigada de fies da armada, a setembro de 1891, em que da mesma foi desligado;

Determinando que ao official da secretaria da extincta Intendencia de Marinha, Inês de Santa Catharina Baptista, ora servindo interinamente a logar de secretario do Commissariado Geral da armada, se abone a differença de vencimentos entre aquelles cargos, correndo a despeza pela verba—Eventuaes—visto que o actual orçamento não consigna verba para attender áquella differença.—Deu-se conhecimento ao Commissariado Geral da armada.

Devolvendo os papeis relativos á concorrência para os fornecimentos e autorizando a mandar lavrar os contractos conforme as preferencias do conselho de compras, excepto quanto ao fornecimento de flanela, que deve ser contractado com Emilio de Barros & Comp., visto ser seu preço mais barato 500 réis por metro.

—Ao Quartel General, autorizando a mandar lavrar contractos, de accordo com o parecer da Contadoria, para o fornecimento, durante o actual exercicio, de pão, bolacha, carne verde, viveres, dietas e outros artigos

ás repartições de marinha e navios da armada no estado do Rio Grande do Sul; convindo que os artigos para supprimento dos quaes não se apresentaram propoentes sejam obtidos por ajuste, com quem maiores vantagens offercer, nos mercados das localidades.—Communicou-se á Contadoria.

—Ao Commissariado Geral da armada, autorizando fornecimento, ao encouraçado *Solimões*, de cincoenta arroclas de borracha ovas, em vez das cem pedidas, visto que é sufficiente aquelle numero para o fechamento das portas do duplo fundo.

—Ao director da Escola Naval:

Declarando ter deferido os requerimentos de José Custodio Fernandes do Nascimento, guarda-marinha Victor Brandão Cavalcanti, engenheiro civil Joseph Lynch, general José Pereira da Graça Junior, João Coelho Pereira, Dr. Vicente de Souza, Oscar de Assis Pacheco, Luiz Dias Carneiro, major Manoel da Costa Pinto, Marcollino Martins Garcia, Thomaz Augusto da Silva, José Carlos Dias da Silva, e general de divisão Antonio Maria Coelho, que pedem exames para os jovens constantes dos referidos requerimentos, afim de serem admittidos na citada escola, attendendo não só ao crescido numero de vagas existentes no corpo de aspirantes e guarda-marinha alumnos, e ao diminuto numero de candidatos á matricula, como ás disposições transitorias do respectivo regulamento, que ainda estão em vigor. Outrossim, sejam admittidos a exames todos os jovens que estejam nas condições dos supra-mencionados, e que apresentarem requerimentos até 25 do corrente mez;

Mandando passar cartas de piloto de navio do commercio a Seraphim da Silva, Augusto Cesar de Sá Pereira, Manoel de Oliveira Livramento, Arthur da Silva Moreira, Antonio Ferreira da Silva, José Ferreira Lopes, João Gavinho, João de Jesus Ferreira Lima, Henrique José Pedro Simões, Manoel José de Azevedo, Florindo Fernandes Dias, Antonio Siverino dos Santos, Manoel Gomes, João da Costa Ferreira, e Antonio Severino dos Santos Junior, que foram approvados nos exames que prestaram.

—Ao vice-almirante Joaquim Francisco do Abreu, approvando a resolução de enviar para esta capital o engenheiro naval capitão-tenente Manoel Lopes da Silva Lima e de conservar na Europa o 1º tenente, também engenheiro naval, Benjamin Ribeiro de Mello.—Communicou-se ao Quartel General.

—Ao director geral da Repartição dos Phares attendendo a que não ha foguistas que queiram substituir Antonio Pazos Fernandes e Manoel do Pico, no pharol electrico da ilha Raza, com os vencimentos mensaes de 60\$, quo estes percebem, e á inconveniencia de mandar servir alli marinheiros nacionaes foguistas, resolveu-se que aquelles seja abonada mensalmente, além de seus vencimentos, a importancia de 40\$, que sahirá da verba \$ 14 — Força Naval.—Deu-se conhecimento á Contadoria.

—Ao inspector do Arsenal de Marinha da Bahia, mandando que sejam executadas as obras necessarias á Escola de Aprendizes Marinheiros alli estabelecida, não excedendo a despeza da quantia de 1:143\$786, de accordo com os orçamentos.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, declarando que o contracto, celebrado pela citada thesouraria, não pôde ser approvado, á vista do disposto no aviso n. 2816 de 13 de novembro de 1891.—Communicou-se á capitania do porto da Bahia.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Companhia—Litho-Typographica—pedindo relevação das multas que lhe foram impostas.—Indeferido.

Faria, Brandão & Comp.—Indeferido.

Adolpho Veiga & Comp.—Indeferido.

Antonio Maria de Oliveira.—Indeferido.

Antonio José Travassos.—Apresente a caderneta.

Manoel Francisco da Paz.—Indeferido.

Ministerio da Guerra

Por portaria de 15 do corrente, concedeu-se licença ao capellão capitão reformado do exercito padre Francisco Constancio da Costa para residir no estado do Rio Grande do Sul.

Expediente do dia 13 de fevereiro de 1892

Ao Sr. ministro da fazenda, solicitando providencias afim de que sejam pagas as seguintes contas: ao Lloyd Brasileiro, na importância de 43:273:330, proveniente de transportes realisa-los em 1891 por conta deste ministerio e ao almoxarife do hospital Militar Provisorio do Andarahy na de 167\$044, das despesas miudas do mesmo hospital, durante o mez de janeiro findo.

—Ao Sr. ministro do interior, remetendo o termo da inspecção de saúde a que foi submetido em 11 do corrente o chefe de secção da Bibliotheca Nacional José Zeferino de Menezes Brum.

—Ao Conselho Supremo Militar, remetendo, para consultar com seu parecer, os requerimentos e mais papeis em que o capitão do 12º regimento de cavallaria Julio Alves Chaves pede que se declare si para sua reforma deve ser contado o tempo em que esteve aggregado; o capitão reformado e major honorario do exercito Manoel Joaquim de Souza, o alferes reformado do mesmo exercito Luiz Firmino de Souza Caldas, Candido Alberto de Freitas e Albuquerque e José Joaquim de Britos pedem ser nomeados para o lugar de official da secretaria do mesmo tribunal na vaga que se der com a demissão que desse lugar pediu o capitão reformado Luiz Carlos Zamith.

—Ao general ajudante general, declarando, em resposta ao seu officio n. 1.123 de 4 do corrente, que deve providenciar afim de que sejam removidos para a fortaleza de Santa Cruz todas as praças e sentenciados do exercito que foram recolhidos ás prisões da armada e aos navios de guerra, depois da revolta havida na mencionada fortaleza e na da Lage.

—Ao procurador geral da Republica, remetendo, afim de que se digno emitir seu parecer a respeito, os papeis em que o Dr. Licinio Athanazio Cardoso e o bacharel Joaquim Mendes Malheirós, este professor e aquelle lente da Escola Militar da Capital, pedem pagamento dos vencimentos que lhes foram suspensos desde 1 de março de 1891, em virtude de ordem do governo, fundada no art. 73 da Constituição Federal.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda do estado do Rio Grande do Sul, declarando que deve providenciar para que seja paga ao alferes do 29º batalhão de infantaria Sudario Pedro dos Reis a gratificação para aluguel de creada a que tem direito, não podendo ser-lhe abonada a de exercicio, por ser tal abono feito em virtude do exercicio effectivo que tem o official.

—Ao director geral de obras militares:

Determinando que providencie para que sejam feitos os concertos necessarios nos quartéis do 1º batalhão de infantaria e do 5º regimento de artilharia, no Curato de Santa Cruz;

Mandando fazer as prateleiras precisas nos armarios ultimamente assentados no pavilhão da reserva do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar, collocando-se fechaduras nas vidraças e gavetas dos mesmos armarios, e bem assim os reparos e outros trabalhos na ponte de desembarque da fortaleza de S. João, orçados estes em 1:743\$381 e aquelles em 498\$762.

—Ao director do Arsenal de Guerra da Capital, declarando, em solução á consulta que fez em officio n. 49 de 9 do corrente, que o tempo de serviço marcado no paragrapho unico do art. 5º da lei n. 39 A de 30 de janeiro findo, para os individuos voluntariamente alistados nas companhias de operarios militares e para os aprendizes artifices transferidos para as mesmas companhias, é applicavel unicamente á

quelles que verificarem praça ou forem transferidos depois da sanção da referida lei, por isso que esta não tem effecto retroactivo

—Ao commando do Collegio Militar:

Permittindo ao alumno desse collegio Mario Victor Barreto acompanhar seu pae, o capitão de fragata da armada Victor Candido Barreto, na viagem que vae realizar á Europa, em commissão do governo da Republica, ficando-lhe garantida a matricula logo que regresse á Capital Federal;

Declarando, em solução ao seu officio n. 377 de 5 do corrente, que, satisfeitas as exigencias regulamentares, deve dar cumprimento ao aviso de 2 deste mez, mandando matricular nesse collegio, como alumno interno gratuito, o menor Eugenio Lyra da Silva.

—A Repartição de Ajudante General:

Determinando que providencia para que siga, com urgencia, para a colonia militar á foz do Iguassú o medico adjunto do exercito Dr. Benjamin Fernandes da Fonseca, que ainda se acha em Guarapuava, visto ter de ir para Curytiba o medico que está na referida colonia;

Nomeando para servir na guarnição do estado do Maranhão o medico de 4ª classe Dr. Alexandre da Silva Mourão e na do estado das Alagoas o de igual classe Dr. Orlando Maranhão Falcão Suecupira; e o capitão do corpo de estado-maior de artilharia Joaquim Balthazar de Abreu Sodré para commandar a Fortaleza da Lage, em substituição do major reformado do exercito Antonio de Bastos Varella, que pediu conselho de investigação para se justificar dos factos occorridos na mesma fortaleza nos dias 19 e 20 de janeiro findo;

Approvando as propostas feitas pelo inspector geral do serviço sanitario do exercito, do pharmaceutico adjunto Cicero Terencio de Mattos Pinto para auxiliar o serviço no estado de Pernambuco, e pelo general inspector militar do 23º batalhão de infantaria, do tenente coronel do estado-maior de 2ª classe Luiz Augusto Soares Woolf e do tenente daquelle batalhão Joaquim do Silva Ferreira Filho, este para ajudante de ordens e aquelle para secretario da mesma inspecção;

Fixando em 540 réis o valor da diaria para alimentação e vestuario dos aprendizes artifices do Arsenal de Guerra do estado do Rio Grande do Sul, no actual semestre, de accordo com o orçamento apresentado pelo mesmo arsenal.

Concedendo licença para, no corrente anno, se matricularem nas escolas do exercito, si houver vagas e satisfizerem as exigencias regulamentares, aos officiaes, praças e paizanos abaixo mencionados:

Na Escola Superior de Guerra

Alferes do 11º batalhão de infantaria Francisco de Paula Pedro de Alcantara, devendo matricular-se no 2º anno, e prestar previamente exame das materias que lhe faltam.

Na Escola Militar da Capital

Alferes Gasparino da Silva Pereira, do 22º batalhão de infantaria e João Caetano da Silva, do 4º e 2º cadete do 22º da mesma arma João Francisco Filho, e paizanos Antonio José Pacheco Junior, Arthur Caldas Brito, Arthur Carlos Moreira, Carlos Augusto Jaccardi, Herculano de Mendonça Cunha, João de Oliveira Castro Vianna, José Martins da Silva Sobrinho, Mario Augusto Torres Homem, Alberto Alvim Chaves e 1º cadete do 16º batalhão de infantaria Francolino Afonso Pedreira, ficando os dous ultimos á disposição do respectivo commandante.

Na Escola Militar do Ceará

Saul Nina Rodrigues, Eurico Olympio, Francisco Olympio e Godofredo Dias da Silva, devendo os tres ultimos ficar á disposição do respectivo commandante.

Na Escola Militar do Rio Grande do Sul

Alferes Elpidio Cyrillo de Lima, do 8º e Norberto Augusto Villas Boas, do 33º batalhão de infantaria e soldado Gustavo Moncorvo Bandeira de Mello, do 2º regimento de cavallaria.

Transferindo para o 27º batalhão de infantaria o alferes do 24º da mesma arma Cyriaco Lopes Pereira, para o 9º regimento de cavallaria o cadete do 22º batalhão de infantaria Julio Marçal de Sampaio Guimarães, para a Escola Militar da Capital as licenças concedidas ao 2º sargento do 3º batalhão de artilharia de posição Aristoteles de Senna Braga, ao soldado Lucio Magno Pimentel, do 5º regimento de artilharia de campanha, addido ao 10º batalhão de infantaria, ao 2º sargento do 33º da mesma arma Olavo Barreto de Almeida e Albuquerque e o 2º cadete do 2º regimento de artilharia Rodolpho Puleciano Mendes Ba tos, para se matricularem, este na do Ceará e aquelle na do Rio Grande do Sul; para esta ultima escola a licença concedida para a da capital ao 1º cadete do 10º regimento de cavallaria Erasmo Ribeiro Vianna, para a do Ceará a que obteve para a do Sul o soldado do 23º, tambem de infantaria, Pio Aires da Silva, ficando ambos á disposição dos respectivos commandantes e para a da capital a concedida em 5 de novembro do anno passado ao 2º cadete Aristoteles Telles de Menezes para se matricular na do Rio Grande do Sul.

Mandando:

Fazer effectiva a matricula do paizano Segasião Florambel da Conceição na Escola Militar da Capital;

Pôr á disposição do commandante da Escola Militar de Capital as seguintes praças: 2º sargento do 31º batalhão de infantaria Candido Eustaquio Teixeira; 2º cadete 2º sargento do 33º, addido ao 10º, João de Oliveira Freitas; soldados Tobias Benigno do Nascimento, Osorio Polycarpo Sodré, Geroncio de Souza Pimentel, do 1º; Antonio de Souza Aguiar, José Vieira da Rosa e Joaquim Olegario da Silva, do 10º; cadete João Paulo de Miranda Nunes e Francisco Tavares do Gouto Sobrinho, do 22º; soldado Pio Aires da Silva, do 23º e Eduardo da Silva Brum, do 32º da mesma arma; soldado do 1º batalhão de engenharia Marcos Gomes da Silva e paizano João Baptista de Seixas Tinoco.

Declarar:

Que é com soldo e etapa a licença concedida, por portaria de 23 de dezembro ultimo, ao 2º tenente Leopoldo Jorge Moreira da Rocha.

Aos commandantes:

Do 5º districto militar que deve autorisar o vice director da colonia militar na foz do Iguassú a fazer por administração no actual semestre o rancho das praças existentes naquella colonia, conforme já se procedeu no semestre passado, visto ser exaggerada a proposta dos negociantes Robert Blosset Irmãos para o fornecimento do mesmo rancho;

Do 6º districto militar, em resposta ao seu officio n. 5.142 de 31 de dezembro ultimo, dirigido ao Quartel Mestre General, que deve providenciar para que seja nomeado um conselho de investigação, afim de verificar si ha responsaveis pelos extravios de diversos artigos pertencentes ao 2º e 12º regimentos de cavallaria, e occorridos por occasião da revolução havida no estado do Rio Grande do Sul para o restabelecimento da legalidade.

Continuar addido á Escola de Tiro do Realengo o tenente Arthur Parente da Costa, do 7º batalhão de infantaria, visto achar-se inscripto no concurso para instructor.

Dar passagem até á estação de S. João d'El-Rei ao 2º tenente Luiz Machado de Magalhães desta capital para o estado da Bahia, á praça do exercito Elias José dos Reis e para o estado de S. Paulo ao capitão do 1º regimento de cavallaria Manoel Alves de Azevedo, on le se permite demorar dez dias em serviço deste ministerio.

Ficarem effecto a transferencia do alferes Alfredo Soares do Nascimento, do 32º batalhão de infantaria, para o 12º da mesma arma, devendo continuar addido ao 22º;

Contar, como de serviço, ao soldado particular do 2º batalhão de infantaria João Casemiro Archelão de Outtes, o periodo decorrido de 10 de maio de 1883 a 20 do mesmo mez de

1890, em que esteve no exercito, averbando-se nos seus assentamentos o exame pratico da arma e a sargenteação que tem;

Inspeccionar de saude os operarios Antonio Rodrigues dos Santos e Antonio José Fernandes Valença, este da fabrica de armas e aquelle do Arsenal de Guerra da Capital;

Dar baixa do serviço do exercito, por incapacidade physica, ao soldado do 9º regimento de cavallaria Manoel Antonio dos Santos, e por estar comprehendido nas disposições contidas no aviso de 31 de maio de 1882, publicado na ordem do dia n. 1692 do mesmo anno, ao 2º cadete do 26º batalhão de infantaria Graciliano de Almeida Nexeó. — Fizeram-se as devidas communicações.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Tenente Leopoldo José Ortiz da Silva, alferes João Teixeira da Silva Sarmento e alferes honorario Antonio Moreira de Araujo Netto. — Não tem lugar, em vista das informações.

Custodio José de Sant'Anna. — Aguarde as informações solicitadas.

Violante Maria da Conceição. — Não ha vaga.

Soldado Antonio Baptista dos Santos — Opportunamente será attendido.

Soldado João Carlos Ferreira. — A pretensão do supplicante já foi indeferida.

Ministerio da Agricultura

Expediente do dia 16 de fevereiro de 1892

Por portaria de 16 do corrente, foi prorogada por tres mezes, com vencimentos na forma da lei, a licença em cujo goso se acha o chefe da 2ª divisão da Inspeção Geral das Obras Publicas, engenheiro Camillo Maria de Menezes, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Por outras de 17 do corrente:

Foram concedidas tres mezes de licença, com ordenado na forma da lei, ao amanuense da secretaria do Estado do mesmo ministerio, Alfredo Ribeiro de Faria, para tratar de sua saude onde lhe convier.

— Foram concedidos tres mezes de licença, com vencimentos na forma da lei, ao praticante da Estrada de Ferro Central do Brazil, Sergio Rufiniano Torres, para tratar de sua saude onde lhe convier.

— Autorizou-se o inspector do 3º districto de portos maritimos a mandar abonar ao engenheiro do porto Luiz de Souza Mattos a importancia a que fez juz estando a serviço fora da sede respectiva, segundo o art. 37 do regulamento em vigor.

DIRECTORIA CENTRAL

Expediente do dia 17 de fevereiro de 1892.

Aviso do Ministerio da Fazenda, solicitando o pagamento de 136:390\$986 ao Barão de Drummond & Passos, impreiteiro da construcção da Estrada de Ferro de Bagé á Uruguayana, pelos serviços executados no mez de outubro do anno passado, devendo ser retida como caução a quantia correspondente a 10 % co-brado o sello proporcional e bem assim a quantia de 3:100\$000, multa imposta á razão de 100\$000 diarios.

Aviso ao Ministerio da Fazenda, solicitando que seja habilitada e autorizada a Thezouraria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul a pagar, por exercicios findos e saldos verificados na verba Estrada de Ferro do Porto-Alegre a Uruguayana, do argumento de 1890, a Carlos Mauricio Paulo Berla e Clemente de Serqueira Lima a quantia de 43:663\$080; importancia dos 15 certificados, inclusos, de obras executadas no mez de dezembro de 1890.

Expediente do dia 17 de fevereiro de 1892

Ministerio dos Negocios da Agricultura Comercio e Obras Publicas — Gabinete—Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1892.

Para que este ministerio possa habilitar-se a revolver sobre os dez requerimentos que acompanharam os quatro officios dessa inspeccoria sob ns. 2862, 2910, 46 e 79, respectivamente datados de 19 e 25 de dezembro e de 15 e 22 de janeiro findos, requerimentos nos quaes a Companhia Metropolitana reclama diversos pagamentos, que se elevam todos á somma de Cs. 36.881—6—6, correspondente a 90 % da importancia das passagens concedidas a 7901 imigrantes introduzidos por conta do contracto celebrado com Angelo Fiorita & Comp. em 8 de outubro de 1890, cumpre que providencieiis no sentido de que taes petições sejam instruidas com os documentos de que trata a clausula XIII do referido contracto, os quaes são indispensaveis e devem, como positiva e terminantemente dispõe essa clausula «acompanhar as contas dos contratantes para o pagamento que for devido».

E como, em virtude da clausula I prevalecem, com relação aos imigrantes introduzidos por conta deste contracto, as disposições do capitulo I do decreto n. 528 de 28 de junho de 1890, necessario se torna que, além das estipulações contractuales, seja tambem cautelosamente observada, por essa inspeccoria, a exigencia do art. 8º do mencionado decreto, relativa á especificação do nome, idade, estado, profissão e parentesco dos individuos que compuzerem cada familia.

Saude e fraternidade — Antão Gonçalves de Faria. — Sr. Dr. inspector geral interino de terras e colonisação.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 17 de fevereiro de 1892

Thomaz de Figueiredo, pedindo para ter o devido andamento a petição na qual solicitou fosse remetido ao governo da Bahia o seu requerimento pedindo pagamento da gratificação a que se julga com direito como director dos indios de Alcobaga, municipio do Prado, naquelle estado. — Cumpra o despacho de 12 de setembro de 1891.

Isaac Cohen, pede privilegio para construcção, uso e goso de uma estrada de ferro de Santos, estado de S. Paulo, á Oliveira, no de Minas Geraes, passando pelas cidades de Mogy das Cruzes, Nazareth, Bragança, Jaguaray, Pouso Alegre, Tres Pontas e Campo Bello. — Em face do art. 13 da constituição o Poder Executivo carece de competencia para effectivar concessões de estradas de ferro, emquanto a materia não for regulada por lei federal; portanto requeira ao Poder Legislativo.

Engenheiro João Pereira do Couto Ferraz Junior e Arnaldo Baptista da Silva Pereira, pedem privilegio para construcção, uso e goso de uma estrada de ferro do Passo de Maria Gomes á Jaguarão, estado do Rio Grande do Sul. Segundo os termos do art. 13 da constituição, o Poder executivo carece de competencia para effectivar concessões de estradas de ferro, emquanto a materia não for regulada por lei federal; portanto requeiram ao Congresso Nacional.

Carlos Conteville e Luiz Antonio Comolli, pedindo se promova o andamento de sua petição relativamente a patente authenticada uma copia do desenho da patente que lhes foi concedida sob n. 954. — Aguardem que os papeis voltem da Inspectoria Geral de Obras Publicas.

Companhia Amazon Steam Navigation, limited, pedindo renovação de seu contracto. — Compareça na directoria do commercio.

Communicou-se ao inspector da navegação subvencionada ter sido marcado o prazo de treze mezes, a contar de 13 de janeiro proximo findo, para a Companhia United States and Brazil Mail Steam ship, apresentar documento que prove o custo dos vapores Segurança e Vigilancia.

Directoria Geral dos Correios

Por Portaria de 17 do corrente :

Foi exonerado a pedido o praticante supplente desta directoria João Nery da Fonseca.

Foi nomeado praticante interino dos correios do Amazonas o cidadão João Nery da Fonseca.

Foi exonerado Luiz Martins Cerqueira, do logar de praticante interino dos correios do Amazonas.

Obteve 3 mezes de licença o praticante do 1.ª classe Olegario José Monteiro.

REDACÇÃO

Dos primeiros achamentos do ouro em Minas-Geraes e direita real do quinto.

NOTICIAS REUNIDAS POR J. M. VAZ PINTO COELHO

(Continuado do n. 47) 44

A Carta Regia de 8 do mesmo mez e anno (1730) é do teor seguinte:

Fernando, 1730
Governador e Capitão General etc. — Fui informado que entre os muitos descaminhos e fraudes que nesse Estado se costumam fazer com o ouro em pó e de folheta, hé um dos mais consideraveis o que fazem os Ourives e fundidores porque se introduzindo nas minas, em cujo Districto lhes hé prohibido assistir conforme as minhas reaes ordens e abusando da permissão com que até agora fui servido; tolerar que nellas corresse o dito ouro em pó e folhetas, o reduzem á praça lavradas com tão pouca arte, que notoriamente mostram serem fabricadas com o fim de divertirem o dito ouro da casa de fundição e fraudar o quinto que se não paga das ditas peças por não ser possível averiguar-se se foram ou não lavradas do dito ouro já quintado, o que igualmente praticam tambem os ourives que vivem nas mais Capitancias com o ouro em pó, que á ellas succede hir descaminhado dos registros, de que tudo resulta facilitaram-se sempre mais os ditos descaminhos: e porque estes não só são prejudiciaes minha fazenda, mas notoriamente encontram as minhas ordens: — Tem servido resolver que com os ourives e fundidores que se acharam no districto de minas se pratique o que está disposto no Cap. 24 do seu regimento no qual se manda que sejam exterminados dellas confiscando-se-lhes todo o ouro que lhe for achado, posto que seja de partes. E que a respeito dos que assistirem nas mais capitancias desse estado se pratique, outrossim, a resolução de 4 de maio de 1703 tomada em consulta do conselho ultra-marino na qual se ordena que nenhuns ourives outra alguma pessoa possa fundir ou fazer alva alguma de ouro em pó, folheto ou qualquer outro que não for primeiro reduzido a barra na casa da fundição e marcado nella na forma costumada sob pena de pagarem o noveado do valor do dito ouro para minha fazenda e a terça parte para o accusador, havendo; e que sendo escravo o ourives perca seu senhor e pague o noveado provando-se ser participante, ou sciente da contravenção do dito escravo; e não sendo firme no seu arbitrio ou pagar o noveado ou perder o escravo. Além do que sou servido que os ditos ourives sejam castigados com mais penas combinadas aos que retem ouro em pó fora das minas pela lei de 11 de fevereiro do 1719, o que tudo mando participar-vos para que inviolavelmente o façais executar pela parte que vos toca, ordenando aos ouvidores dessa capitania, na conformidade das ordens referidas que tirem todos os annos uma devassa desto caso e tomem delle denunciações em segredo, segundo lhes permite o regulamento das minas, tendo entendido que, nas suas residencias, se lhes dará em culpa qualquer falta ou omissão que tiverem nesta materia

A outra da mesma data na qual se determinou que acabado o termo concedido para se delatar o ouro, na forma da carta de 16 de novembro de 1729, deveria ficar em seu vigor a prohibição expressa na lei de 11 de fevereiro de 1719 e que sendo certo ir o ouro em pó que se dessemelhava para os portos da marinha para por elles se extrahir, se recommendava ao governador applicasse a esta materia tão prejudicial a real fazenda, todo o cuidado e vigilancia mandando dar buscas nas casas e logares de que houvesse suspeita e vigiando as estradas por onde se costumam conduzir e que tivesse uma exacta devassa dos referidos descaminhos nomeando para adjunto qualquer dos ministros, de que fizesse maior confiança; e que a mesma diligencia mandasse executar nas mais terras dessa capitania e que extranhasse em nome de sua magestade aos ouvidores das comarcas a omissão que teem tido em tirar as devassas que se lhes encarregam na referida lei, porque as tiram superficialmente, o que se convence porque sendo tão antigos e tão manifestos os descaminhos e constando que o ouro em pó em muitas terras, especialmente das marinhas, se estava vendendo e contratando-se com elle, não houvera até então um só culpado nas ditas devassas.

Outra da mesma data em que se mandaram edificar algumas casas de fundição nas comarcas mais distantes para se evitar o prejuizo que recebiam os mineiros em conduzir todo o ouro á casa de fundição de Villa-Rica, onde se dilata a por muitos dias antes de se reduzir á barra ou moeda por não poderem os officiaes dar expediente.

Outra da mesma data na qual conformando-se S. M. com o disposto cap. 55 do regimento das minas e ordem de 19 de março de 1720 em que se achava prohibido todo o ouro do ouro em pó ou folhetas, ainda dentro do districto das minas e revogando a permissão da lei de 11 de fevereiro de 1719 mandava observar inviolamente a sobredita ordem e regimento e que em todo o districto das minas corresse somente o ouro em barras, que fossem marcadas na casa da fundição, e a moeda lavrada nas casas della; que nenhuma pessoa pudesse comprar, vender ou traspasar ouro algum debaixo das penas cominadas na dita lei de 11 de fevereiro; que somente os mineiros podessem ter em seu poder quinhentas oitavas por lhes ser preciso ajuntar o que tiravam de suas lavras para mais commodamente o levarem á casa da fundição; e para não se experimentar embargo nas compras e vendas por miúdo, si lavrasse a quantia de moeda que parecesse bastante.

Outra da mesma data em que se mandou que o governador conferindo com o provedor da fazenda, superintendente da casa da moeda, e mais pessoas de confiança, se julgasse não resultar novidade para prejudicar ao socego das minas, nem outro inconveniente attendivel de se fazer a cobrança dos quintos por arrematação devididos em ramos segundo as comarcas, como se praticava nos direitos das passagens e dizimos, e dispõe o regimen da fazenda que se observe em todos os direitos reaes por mostrar a experiência que sendo arrendados é melhor á arrecadação e maior o rendimento, fizesse logo pôr a lanços e arrematar pelo maior preço os ditos quintos com as seguranças necessarias; e que offerecendo-se alguma duvida á execução desta ordem desse conta.

Outra da mesma data em que se ordenou que o pagamento dos quintos fosse uniforme em todas as minas e que em nenhuma que succedesse descobrir-se, si cobrassem por batéas ou outra qualquer forma differente da que se praticava nas minas-geraes, por ter mostrado a experiencia que a cobrança por batéas nas novas minas do Arassuahy foi prejudicial á real fazenda, como já tinha succedido nos primeiros descobrimentos da capitania de S. Paulo.

E porque de tais descobrimentos se seguia então maior prejuizo do que utilidade em razão de que os mineiros levados das pri-

meiras noticias que sempre promettem grandes vantagens, desamparavam as suas lavras e não tiravam o ouro que podiam tirar si continuassem o trabalho nem achavam o que iam buscar em outra parte, e ficando elles perdendo a sua despeza e a real fazenda os direitos que lhe são devidos, além de causarem grave perturbação ao commercio, e de outros muitos damnos.

Foi S. M. servido resolver que estes se não fizessem em sitios totalmente separados e em distancia grande das minas já descobertas sem sua expressa licença.

A ordem de 9 de outubro de 1830 em que se determinou que a parte do ouro que das tomadias tocasse aos soldados, ficasse em deposito para se fazer a entrega depois que as mesmas tomadias fossem julgadas por bem feitas.

A ordem de 27 de fevereiro de 1731 porque se mandou se não entrasse no exame do ouro que se mettesse na casa da moeda em minas, para que si não sentissem os disturbios e os vexames que si experimentavam na Rio de Janeiro.

Outra da mesma data pela qual se ordenou si dissimulasse com o estylo em que se achavam as casas da moeda do Brazil e do reino, não se fazendo exame na verdade ou na falsidade dos cunhos das barras, que fossem á ellas porque a não haver esta dissimulação não só deixariam de ir ás ditas casas as barras com cunhos falsos, mas tambem as verdadeiras por não quererem os donos destas levar as com o temor do juizo que se poderá fazer dellas e de incorrerem na pena gravissima da lei de 11 de fevereiro de 1719, vindo por este modo a perder a fazenda real o direito de senhoria que é mais 5 por 100 que é além do grande embargo e confusão que causaria.

Carta regia de 24 de abril de 1732 em que se determinou ao condé das Galveas que se não continuasse na arrecadação dos quintos do ouro a 12 por 100 como tinha resolvido D. Lourenço de Almeida e que se pagassem a 20 por 100, como eram devidos e se pagavam antes; e que mormente se pagariam 12 por 100 do ouro que tivesse entrado na casa da fundição até o dia em que se lançasse o bando e se fixassem e ditasse para publicação e execução desta ordem.

A Carta regia de 12 de agosto de 1732 em que se ordenou ao governador que fizesse prender os culpados e indiciados no crime de moeda falsa fabricada no Rio de Janeiro em fabrica, que depois se mudou para o Paraupeba e ultimamente para a casa do guarda-mór Luiz Teixeira assistente na Russa da Itaberaba, e que mandasse tirar devassa por um dos ministros das minas, remetendo-se os culpados para Lisboa, com a mesma devassa e sequestros.

A ordem de 17 de outubro de 1732 para que o governador informasse sobre a conta que dera o ouvidor da comarca no Rio das Velhas queixando-se do grande numero dos guardamores, que o guarda-mór Garcia Rodrigues Paes costumava nomear para a repartição dos descobrimentos distantes; porque se seguia do abuso com que se concediam tais nomeações, varias nullidades e falsidades nos processos das causas, e se ordenava ao mesmo governador que entretanto procurasse evitar todo o abuso mandando suspender as referidas nomeações se lhe parecesse conveniente.

A carta regia de 13 janeiro de 1733 para si observar a lei de 29 de novembro de 1732 que se determinou não lavrasse mais dobroens de 12800 nem de outra moeda que excedesse o valor de 6500, que tambem não se lavrasse moeda de 4800, e que em todas as moedas, de ouro que se lavrassem, se puzessem sarrilhas; e que para se pôr nas que corriam se manifestassem dentro de dois mezes; e findos as quaes ficavam prohibidas todas e, fossem confiscadas, e que toda pessoa que usasse de moeda sem sarrilha, ou fosse comprehendida, no crime de cecceio d'ella fizesse sujeita as penas da lei de 17 de outubro do 1785.

O aviso de 22 de março de 1733, em que se ordenou ao governador fizesse o mesmo caso, como se directamente fosse escripta á elle, da carta, que n'essa occasião se escreveu á Mar-

tinho de Mendonça sobre a matricula dos escravos no caso que se acceitasse e approvasse por haver sido o dito Martinho de Mendonça mandado á Minas para esse fim, pela razão de estar instruido no negocio e ser desconhecido talento.

A carta régia de 15 de maio de 1733 em que se ordenou ao governador que nomeasse um ministro de capacidade para tirar logo uma devassa exacta de todas as pessoas que tivessem fundido ouro ou usado de cunhas falsas para marcar as barras ou folhetas sem serem quintadas, e que pronunciasse, prendesse, e remetesse os culpados á cadeia da corte, e a devassa á secretaria de estado, ficando sempre aberta para continuar.

Outra de 26 de outubro de 1733, sobre a mesma materia determinando que os que fossem presos por estarem indicados no crime de moeda falsa se revoltassem ao caso de lhe não ter accrescido culpa pela devassa.

O alvará de 27 de outubro de 1733, prohibindo de abrir novas picadas ou caminhos para as minas descobertas, ou por descobrir que já tivessem administração regular.

(Continua.)

• Minas e quintos do ouro

(Continuado do n. 47)

§ XXVII

Requerendo a camara de Mariana ao governador providencias sobre a cobrança do ouro quintado, ficou a decisão para a junta, segundo a resposta do mesmo governador (31), que entretanto lhe participava haverem já na capitania noventa e quatro arrobas de prata cunhada, que se distribuiram pelos registros, provedorias e intendencias. Sendo em junta (32) fez a seguinte exposição: Que abolida a capitulação, concederá em consequencia o mez de julho preterito para se fundir todo o ouro, livre de quinto, o que assim se observou. Venho, porém, que lhe cumpria a pontual observancia das ordens regias sobre não deixar correr ou passar ouro sinão quintado, não deixava de reflectir que, accedendo ao requerimento do novo contractador das estradas, consentindo no transitio do ouro não quintado pelos registros, seria infalivel o damno dos povos, obrigados a inteirar as cem arrobas por uma derrama. Que tendo proposto isto mesmo na junta, que em Tijuco havia convocado, de ministros, se assentou que do ouro extrahido na capitania desde 1 de agosto em diante se devia pagar o quinto, para que se não verificasse a necessidade da derrama, e que enfim era de esperar o mesmo inconveniente do pagamento da capitulação em ouro em pó, quando pela mora os devedores pareciam ser obrigados a pagar em ouro quintado, o unico circulante. A vista disto accordaram que assim o quinto do ouro dos contractos, como o da capitulação, que se restava, deviam ficar nos cofres das intendencias em beneficio dos povos, e pagamento das cem arrobas. Não foram do mesmo parecer as camaras de Villa Rica e Mariana, e diziam uns que embora se lançasse no fim do anno e derrama, outros protestavam pela observancia das suas condições, o por parte da real fazenda se allegava o prejuizo, que lhe podia vir da cobrança da divida atrazada em ouro sem ser quintado. Supposto isto, depois de varias disputas, concluíram, finalmente, que se tirasse o quinto do ouro desde 1 de agosto até 31 de julho de 1732, visto que, pelo termo da junta de 20 março de 1734, respondiam pelas cem arrobas. Quanto, porém, ao resto que da capitulação se devia, votaram que a cobrança fosse feita em ouro não quintado, tomando sobre si o resarcir el-rei qualquer diminuição das 100 arrobas, por finta rateada pelos moradores da villa respectiva. E no que toca aos contractos, pareceu-lhes que a cobrança se executasse na forma das condições da arrematação feita para depois do 1º de agosto.

(31) Carta de 23 de outubro.

(32) Junta de 18 de novembro do dito anno 1731.

§ XXVIII

As decisões das duvidas que occorriam sobre o expediente das casas, pertenciam ao governador. A requerimento pois do intendente do Sabará, declarou que os officiaes d'esta intendencia venham os mesmos ordenados que os de Villa Rica. Assim tambem explicou que nas intendencias commissarias se passassem as guias com tempo certo de apresentação, deixando dias de reserva para as fallhas, que os viandantes podessem ter. Concedeu soldado para Pitangy, pedindo-o o intendente do furiel da patrulha, e pareceu-lhe que as providencias acerca dos vendedores do ouro deviam deferir-se para depois de findo termo assignado aos ourives, afim de despejarem, porque só então se podia formar juizo dos que negociavam neste genero. Ordenou ao intendente que mandasse reduzir a barras cem mil cruzados, e os remetteste para o Paracati pelo cabo, que dalli viesse com os quintos a entregar ao capitão mór, por outra igual quantia de ouro em pó, e isto apezar do risco que receava aquelle ministro, pois que delle não eram isentas rendas algumas do Brazil, e sem embargo do prejuizo da diminuição, visto que no recolhimento do ouro se lucrava muito. E arrematava a carta encomendando-lhe fizesse entrar na casa todo o solimão que apparecesse na comarca (33).

§ XXIX

De uma carta (34) d'este governador para as camaras se colhe terem-lhe ellas pedido mudança do novo systema, ao que não podia deferir em observancia das leis e aviso da secretaria d'Estado antes ás mesmas camaras encarregava de toda a vigilancia necessaria a tolher o extravio e evitar a derrama. Tendo sido autorizado para fazer cunhar moeda provincial de prata até a quantia de cem mil cruzados, acha-se com tudo maior (35) de haver de maneira excedido este pzeccito, que só na provedoria de Villa-Rica entraram mais de 250.000 cruzados, além de setenta que se applicaram para Goyaz. Verdade é que as camaras, não obstante isto, se queixavam de falta de moedas, e que a de Villa Rica chegou a requerer ao conde dos Arcos até setecentos mil cruzados, reduzidos á dita especie. Sem constar do resultado disto, sabe-se que ás moedas cunhadas, segundo o parecer do governador, se deu o valor de 600 reis, 300, e 150, destes tempos por diante, para correrem somente dentro de Minas, visto que a geral, de que se usava, sahia com a mesma facilidade com que entrava.

§ XXX

Segunda vez se participou ás camaras (36) que as casas da fundição continuassem em cumprimento da lei e ultima resolução (37) a este respeito, e ao se trabalhar na extincção do extravio do ouro. Aos intendentes o governador advertiu que mandassem fazer assento do ouro, que houvesse de entrar na fundição, declarando se era do que vinha dos registos, ou de outra parte (38).

§ XXXI

Entretanto se approvaram (39) as disposições dadas a fim de regular as novas intendencias, a onde se verificavam as entradas do ouro, para o que cooperou muito o pastoral do bispo, que se devia mandar publicar, com a cir-

(33) Carta de 22 de novembro para o dito intendente.

(34) Escripção de 5 de dezembro.

(35) Carta do Governador para a secretaria de Estado de 28 de janeiro de 1752.

(36) Carta de 7 de junho de 1752 do governador José Antonio Freire.

(37) Ordem de 8 de fevereiro, dito anno, e a Provisão de 6 de março, approvando a casa da Villa do Principe, e a devisa das Intendencias dos diamantes e do ouro.

(38) Carta de 11 de junho de 1752.

(39) Consta isto da Provisão de 18 de fevereiro dada em resposta da conta do governador de 28 de março de 1751, e de uma carta do secretario de Estado de 18 de fevereiro do anno de 1752.

cumstancia de fazer do furto do quinto peccado reservado, com o que se praticariam os excessivos contrabandos d'se e l'sa-tico. e as preciosas doutrinas de alguns delles, que negavam a existencia do peccado por ser penal a Lei, que velava o extravio. E quanto aos requerimentos e duvidas das Camaras, vinham em resposta as resoluções tomadas no Conselho Ultramarino, e se prometiam novas ordens a fixar a observancia da Lei de 3 de dezembro, e a combater os extravios. Appareceram pois estas Ordens (40) declarando que o ouro em pó e em folhetas circule segundo o verdadeiro e justo valor, sendo assim que se devia entender a Lei de 3 de dezembro, emquanto ordena que os ditos ouros coram pelo seu toque. Pelo que houve el-rei por tem determinar, que os moradores do Sertão, Caminho Velho e Novo, e todos os capitães dos districtos geralmente cuidassem de atalhar os descaminhos do ouro, do que se daria por muito bem servido, e alias castigaria aos negligentes e omissos. Ficava o Governador autorizado para dar as providencias ulteriores, que a experiencia persuadesse necessarias comtanto que fossem participadas ao mesmo Senhor, em ordem a approval-as, parecendo-lhe assim. Quando acontecesse perdrem-se as guias das barras ficava licito dar outras ás partes, jurando ellas a perda, e precedendo justificação perante o intendente respectivo, o que se declararia nas guias, que se reformassem, pondosse verbas nos Registros das primeiras que se repetiriam em todos os Registos, por onde as guias passassem. As pe soas comprehendidas em 2.º descaminho, provado na forma da Lei de 3 de dezembro, incorrem além das penas decretadas nesta em 10 annos de d'grado para Angola, no qual caso só o Juiz da Fazenda passaria carta de seguro. Tudo isto o Governador publicou (41) na forma que lhe fôra ordenado.

§ XXXII

Não era ainda por estes annos extincta a divida da capitação, pois que se acha memoria das 2 matrículas do anno de 1750, e de um pequeno resto que se ficava a cobrar da do seguinte em carta do Governador (42). Do mapa, que tambem mencionava, fazia ver o deficit de 41 arrobas, e 1.223 oitavas nas cem, que devia produzir o anno findo no ultimo de junho preterito. E querendo convocar junta em que se tratasse da derrama, foi obrigado a suspender este negocio até chegar a Minas Gomes Freire, que assim lhe ordenara, concedendo-lhe apenas que participasse ás Camaras o deficit: termos em que esperava que El-Rei lhe declarasse o que a este proposito devia obrar.

§ XXXIII.

Seguem-se algumas resoluções régias dissolvendo as duvidas, que com a mudança de forma da arrecadação do quinto occorriam.

1.ª Tendo o contractador das entradas, José Ferreira da Veiga, requerido a El-Rei declaração do que devia observar nos pagamentos ulteriores á Lei de 3 de dezembro de 1750, ou feitos fossem por elle á Fazenda Real, ou ao mesmo contractador por seus devedores; o mesmo senhor determinou que pagassem em ouro quintado, ou á razão de de 1500 por oitava, como se praticava durante a capitação, o que isto mesmo observariam para com os seus devedores até ao fim do seu contracto, examinando-se quanto ao preterito desde que se aboliu a capitação até a data desta resolução a forma com que os contractadores arrecadaram os direitos; porque achando-se terem todos, ou algum delles, recebido além desses direitos o quinto do montante delles, seriam obrigados a repal-o nas casas de fundição re-

(40) Consta do Decreto de 19, e da Provisão de 29 de Fevereiro de 1752.

(41) Bando de 24 de Julio, do anno de 1752. Escripção a S. Magestade em 6 de Setembro.

(42) Escripção a S. Magestade em 6 de Setembro.

spectivas em utilidades dos povos encabeçados na Fazenda Real, onde não houve se enabergamento.

2.ª sobre as duvidas resultantes das capitações, que se então pagaram em tempo o mesmo senhor mandou por graça especial, que os thesoureiros os aceitassem em ouro por quintar, ou á razão de de 1500 por oitava, e fizessem logo fundir e tirar o quinto a favor dos povos encabeçados.

3.ª emquanto aos particulares ordenou que tratassem da cobrança das suas dividas, como lhes parecesse, ou *ex bono et equo*, ou em juizo civil, o que tudo o o governador faria publicar e executar (43), como fez (44).

§ XXXIV

Tinha S. Magestade remittido ao governador interino, que se dignou approvar, a lei que livrava os povos de Minas das iniquifações que por causa dos pagamentos começavam a experimentar, não obstante a necessidade de contribuirem com o quinto, mandando-lhe que avisasse do rendimento das novas intendencias em resulta das quizas que dellas os povos formavam, e que não eram de arreditar, pois se esprou sempre que os quintos no primeiro anno rmdessem as 100 arrobas e muito mais nos seguintes, postas as cautelas precisas para evitar o extravio. (45) Agora, porém, se vê de uma provisão (46) que, recebendo-se os mapas e relações do rendimento do quinto no primeiro anno, se approvaram as providencias e resoluções tomadas pelo governador.

§ XXXV

Com o restabelecimento das Casas da Fundição, veio em duvida si aos ministros e officiaes dellas se deviam pagar as propinas extraordinarias que eram dadas aos da antiga Casa da Fundição, e que ainda venciam os officiaes da Provedoria Real, e representada ao soberano a duvida e as despesas de lutos e galas feitas pelo fallecimento do Sr. Rei D. João V e exaltação do Sr. D. José I ao throno, foi este senhor servido mandar que o governador informasse, declarando os ordenados e propinas dos antigos officiaes e dos actuaes intendentes (47).

§ XXXVI

Limitando-se o accordo tomado em junta de 22 de setembro, á moeda de ouro, que no registro se mandava trocar aos viandantes, e não sendo feita expressa declaração do ouro, que se permutava por barras na campanha, onde não havia registro, nem troco de moeda, reflectio o intendente do Rio das Mortes que que da permutação das barras vinham prejuizos a Fazenda Real, por isso que o povo, trocando o ouro de baixo toque, ganhava na permuta, e portanto representou ao governador as suas reflexões (48), ás quaes respondeu com o dito accordo da junta; mas o intendente replicou e ser a razão ouvir aos ministros da comarca de Villa Rica, e assentar-se no que melhor cumprisse observar para o futuro, sem prejuizo da Fazenda Real.

§ XXXVII

Era necessario regular, em consequencia de um real decreto, as quantias de ouro em pó, que deviam existir nos registos para as permutações. Na forma dellas ouviu o governador ao desembargador intendente do Ouro

(43) Consta isto do decreto de 21 de dezembro de 1752, e da provisão de 10 de janeiro de 1753.

(44) Bando de 15 de agosto do dito anno.

(45) Prova-se da carta do secretario do Estado de 29 de novembro de 1752.

(46) E' de 25 de maio; pela resolução de 23 de 1753.

(47) Provisão de 20 de maio de 1753.

(48) Carta do intendente para o governador de 15 de maio de 1754.

Ouvidor da comarca de Sabará. Dissu o primeiro que à vista das ordens havia dado nos registros da sua comarca as providências necessárias para se recolher a miúdo aos cofres da intendência o ouro trocado por moeda, e que a maior quantia que costumava a enviar para os registros das Aboboras, Jaguara e Pitangui, os de maior concurso, não excediam a 700\$, e para os outros, por isso que eram menos frequentados, fazia remetter menores sommas: aos feis contudo recommendara que tivessem cuidado de pedirem em tempo os socorros necessários, enviando-lhe logo todos os outros permutados. Do que bem se via que não podiam os ditos feis usar dos dinheiros e ouro das permutas, e menos desencaminha-los, por se lhes pedir conta delles a miúdo. Não duvidava que em ordem a tolher o extravio do ouro pelas partes dos registros seria bem tomar medidas contra os administradores n'elles residentes, e contractor's, por serem os que recebiam e conservavam arrobas de ouro em pó, do producto dos direitos das entradas, o que não era justo consentir, menos que se não obrigassem ao manifesto judicial, ou a recolherem-se aos cofres dos registros as quantias de ouro cobradas, no qual caso se guardaria nelles não só a moeda e ouro da permuta, mas também o dos direitos das entradas, do que nem um prejuizo vinha aos contractadores, antes maior segurança sendo o cofre de 3 chaves, distribuidas pelo administrador do contracto, pelo fei, e por outra pessoa, para isso deputada. Destes cofres se levariam os ouros á casa da Fundação, e reduzidos á barras, seriam entregues aos contractadores com o que se evitava o perigo do extravio, e se lhe não causava d'umno, visto que eram obrigados a pagar a certos de reaes. Nisto mesmo o Ouvidor convenceo, sendo assim que acorderam todos que para os registros do sertão da comarca do Sabará não eram precisas maiores quantias. Para cada um dos das Aboboras, Jaguara Pitangui, Nazareth, Olhos d'Agua, e para os do distrito do Paratití persuadiram-se que seriam bastantes sessenta oitavas, para os de Zabelé e Ouça, os de Santos Antonio e Santa Isabel quarenta. Quanto aos do Serro Frio, da banda do sertão, como não eram de grande concurso, pareceu-lhes que dando-se para cada um de 40 a 60 oitavas, ficariam bem providos, sobre o que contudo era razão ouvir ao intendente respectivo. Regularam para o de Capivary 170 oitavas, onvido sempre o intendente do Rio das Mortes. E como o da Parahybuna era o mais frequentado, assentaram que se remetterssem para elle 300 oitavas, com tanto que se requeresse o voto do intendente geral do Rio, a cuja repartição o registro pertencia. E concluíram que a guarda dos cofres, principalmente dos do sertão, dependia de toda a vigilancia, cumprindo portanto a elle governador nomear pessoas, que tivessem as chaves, ou consultar a Sua Magestade para saber o que lhe parecesse (49).

§ XXXVIII

Justo é dar neste lugar idéa do Alvará (50), que declarou os caps. 6º e 10 da Lei fundamental da criação das Casas, remettido ao Governador para o fazer publicar. Limita-se o cap. 6º aos descaminhos do ouro em pó ou em barra, materialmente fundido, sem forma alguma de cunhos, e sem marca, d'onde se infira, que são fingidos. E para terem logar as penas estabelecidas no cap. 10º, é mister que as barras se fabriquem imprimindo-se-lhes cunhos, ou marcas falsas, que imitem as verdadeiras, para assim fazerem passar furtadas ao quinto.

(Continua.)

(49) Junta de 11 de janeiro de 1755, no Arquivo das Rapozas, ao pé da Villa de Sabará.

(50) De 25 de janeiro de 1755.

As polvoras sem fumaça nos combates navaes

TRADUÇÃO DO 1º TENENTE LAFAYETTE

(Revista Maritima Brasileira)

Ha muito tempo já d'scute-se bastante a influencia que pôde ter sobre a tactica dos exercitos o emprego das polvoras sem fumaça, e, na França como no estrangeiro, contentam-se em experimentar essa influencia nos campos de manobra, por não poderem, infelizmente fazel-o sem demora nos campos de batalha. Acreditamos, porém, que na marinha franceza, como nas outras marinhas, ninguem de tal se occupa. E, no entanto, se as informações que temos são exactas, na França (1) já se fabrica uma polvora, produzindo diminuta fumaça, e que parece convir á artilheria de bordo de grosso e medio calibre. E' muito provavel que a França não seja a unica a proceder assim. De mais é occasião de procurar-se conhecer as modificações que o emprego de uma polvora sem fumaça pôde produzir, no mar, na tactica de combate, ou antes, para melhor precisarmos o assumpto, na utilização de cada uma das tres armas principaes de que actualmte dispõe o navio de guerra. Quando a historia das lutas maritimas as mais recentes nos fornecer algum facto podendo servir para elucidar a questão, seremos particularmente felizes em cita-lo em auxilio do nosso argumento.

Vamos, pois, examinar a influencia que pôde ter o emprego de uma polvora sem fumaça successivamente em cada um dos generos de combate, em que um navio de guerra é muitas vezes destinados a tomar parte.

Combate entre dous encouraçados ou entre dous cruzadores—As tres armas principaes, de que dous navios de uma dessas especies, podem dispor, quasi sempre simultaneamente, são: o canhão, o esporão e o torpedo.

E' evidente, primeiramente, que a fumaça produzida pelas polvoras actualmte em uso é extramamente prejudicial á precisão do tiro de artilheria, por duas razões: 1ª, a fumaça sahida dos canhões do navio em que se está occulta muitas vezes, aos olhos de quem faz as pontarias, tudo o que está óra e, além disso, penetrando no interior das torres, do reducto encouraçado ou da bateria coberta, embaraça consideravelmente o serviço; 2ª, a fumaça dos canhões do navio inimigo, o envolve muitas vezes de uma nuvem opaca que o transforma então, em alvo invisivel ou de apparencia muito confusa.

O emprego das polvoras sem fumaça está portanto destinado, sem contestação possivel, a tornar muito mais preciso e, sem duvida também, mais rapido o tiro da artilheria em um combate entre dous encouraçados ou entre dous cruzadores; portanto, á dar em caso semelhante uma nova importancia a esta arma, e, como vamos mostrar, uma supremacia mais notavel do que a que ella actualmte tem sobre o esporão e sobre o torpedo.

Com effeito, estas duas ultimas armas não podem ser utilizadas senão de perto ou de muito perto, porque o esporão não opera senão á queima roupa e um torpedo automovel, além do 500' ou 600 metros não tem probabilidade de efficacia.

Dahi resulta que, por causa mesmo da precisão e rapidez maiores, que adquirirá o tiro da artilheria com uma polvora sem fumaça, este mesmo tiro decidirá também muitas vezes da victoria antes que o esporão ou o torpedo tenham podido agir com utilidade. E não

(1) A fabrica de polvora de Sévran-Livry, pertencente ao goveeno, prepara polvora sem fumaça para a marinha e exercito francezes. O Sr. Canet emprega em seus canhões a polvora da mencionada fabrica ajuntando-lhe um corpo inoffensivo com o fim de tornar impossivel qualquer analyse chimica, que se queira fazer para descobrir a composição della.

é tudo, porque o emprego de uma polvora sem fumaça ao mesmo tempo que augmenta a efficacia do canhão, diminue, sinão a efficacia do torpedo, ao menos a do esporão. Vamos procurar demonstrar o que affirmamos.

Supponhamos que dous navios, depois de terem corrido, sempre a tirando, ao encontro um do outro, não estejam separados senão por uma distancia de 500 á 600 metros. E' neste momento que poderão enviar reciprocamente torpedos ou manobrar para utilizarem-se do esporão. Seria diffiil, acreditamos, decidir *a priori* se em tal circumstancia, a acção dos torpedos seria favorecida ou embaraçada pela ausencia da fumaça no logar da acção. Quanto ao esporão o caso é outro Ninguem ignora que deve acontecer frequentemente em um combate dessa especie que, em certos momentos, um dos dous navios, occulto pela fumaça do adversario, veja este mais ou menos distinctamente.

O primeiro p' de aproveitar-se de um desses instantes para executar sobre o inimigo uma manobra vantajosa para elle, tal como, por exemplo, uma rapida evolução, permitindo-lhe dar um golpe de esporão ou de prôa. Foi em uma dessas occasiões, nos parece, que o commandante do aviso francez *Bouvet* concebeu a idéa de metter á pique a canhoneira allemã *Meteor*, e teria conseguido seu intento si a fumaça fosse bastante espessa para occultar até o fim a manobra ao adversario.

Com o emprego das polvoras sem fumaça uma tentativa deste genero não terá a menor probabilidade de successo, a menos que um dos navios não possua sobre o outro uma superioridade sensivel de força evolutiva.

Com effeito, o combatente ameaçado de um golpe de esporão e que poder seguir á todo o instante os menores movimentos do inimigo, terá quasi sempre, senão sempre, tempo de delivrar-se do choque ou de recebê-lo obliquamente para que não seja mortal. E' um facto que a experiencia da guerra parece já ter provado em certos casos em que fumaça não era muito espessa; basta recordar as tentativas feitas com o esporão, durante a guerra civil dos Estados-Unidos, por varios arietes confederados contra navios federaes, e, durante a guerra chilho-peruana, pelo *Huascar* contra o *Magalhães*, assim como pelo *Blanco* e pelo *Cochrane* contra o mesmo *Huascar*.

Nossa primeira conclusão é pois a seguinte: em um combate entre dous encouraçados ou dous cruzadores, o emprego da polvora sem fumaça augmenta muito a importancia da artilheria com prejuizo para o esporão e para o torpedo.

Combate entre duas esquadras de navios de porte—Não é necessario mostrar-se de novo que durante a primeira phase de um semelhante combate — aquella em que as duas esquadras se approximam progressivamente uma da outra sem se envolverem — o emprego das polvoras sem fumaça augmentará a efficacia da artilheria, do mesmo modo que em um combate entre dous navios isolados. Porém, qualquer que sejam as avarias reciprocas feitas durante essa primeira phase nas duas esquadras pelos projectis, conservarão uma e outra, apezar de tudo, bastante força para que a luta termine e a victoria se decida em uma rafrega, em uma especie de lucta corpo a corpo, na qual o torpedo e o esporão poderão tomar parte.

Examinemos primeiramente o papel do esporão. A' primeira vista parece logico acreditar que em casos semelhantes, como em um combate entre dous navios isolados, a ausencia da fumaça lhe seria muito desfavoravel; porém, reflectindo-se, reconhece-se que as condições da luta neste caso são completamente differentes.

Com effeito, em certas occasiões, todo o navio em luta poderá achar-se ameaçado de um golpe de esporão, não por um só navio; porém, ao mesmo tempo, por dous ou tres adversarios; a evolução que fizer para livrar-se do choque de um delles o lançará, pôde ser fatalmente debaixo da prôa de um outro navio inimigo. Graças a ausencia da fumaça distinguirá perfeitamente tudo, porém a perda será inevitavel.

Acontece ainda outra cousa em luta travada em qualquer local coberto de fumaça, todo o navio que quizer investir sobre um outro não deve sómente preoccupar-se com o perigo que corre de ser chocado pela prôa de algum adversario que não veja, porque, si a victima escolhida foge ao ataque, pôde commetter a desgraça de metter a pique um navio amigo que esteja tambem occulto pela fumaça. Citaremos um feito memoravel de guerra em apio do que dizemos.

Durante a guerra civil dos Estados Unidos, no combate de Memphis, dado a 6 de junho de 1862, no Mississipi, o pequeno ariete confederado *Beauregard*, errando o golpe, dirig do centro o ariete federal *Monarch*, foi de esporão sobre o *Price*, de seu proprio partido, e que estava occulto pela fumaça, dando-lhe um golpe fatal. O mesmo encontra-se no relatório do almirante Tegethoff sobre a batalha de Lissa:

«A luta tornou-se progressivamente mais encarnizada, de tal modo que foi impossivel observar todos os detalhes; os navios, caminhando a toda força, cruzavam sem cessar, de sorte que não se podia distinguir o navio amigo do inimigo.»

Não terá cabimento concluir-se do que fica dito que, si na batalha de Lissa só um navio foi posto a pique e um outro avariado pelo esporão, foi porque os commandantes das duas esquadras encorajadas — principalmente os commandantes austriacos, aos quaes o chefe recommendara mui particularmente o emprego do esporão — ficaram indecisos a cada instante, temendo destruir um navio amigo tomando o pelo inimigo?

Si a polvora sem fumaça já estivesse inventada e em pleno uso na marinha, taes exaltações não se teriam dado. Pelo que acabamos de dizer somos levados a crer que o emprego de uma polvora desta natureza é mais favoravel que desfavoravel a efficacia do esporão em combate entre duas esquadras.

Succederá o mesmo em relação a efficacia dos torpedos lançados por tubos installados a bordo nos grandes navios? Pensamos que sim, ao menos dentro de certos limites, porque neste caso ainda, á falta de outra vantagem, a ausencia da fumaça permitirá distinguir-se o amigo do inimigo e evitar assim que um torpedo destinado ao 2º, venha explodir debaixo do 1º, o que poderia muito bem acontecer impedindo a fumaça, como em Memphis e em Lissa, de ver-se todos os navios ou de reconhecer-se a nacionalidade d'elles.

Admitte-se porém, na actualidade, que muitas vezes os encorajados ou outros quaesquer navios de porte, empenhados em combate geral, terão a temer não sómente os torpedos lançados pelos navios inimigos da mesma especie, como tambem os lançados pelas torpedeiras auxiliares dos ditos navios. Ora não é preciso muito para comprehender-se que o emprego das polvoras sem fumaça será necessariamente desfavoravel ás torpedeiras. Com effeito, durante o dia, pelo menos, a fumaça dos canhões pôde permitir que as torpedeiras se occultem por muito tempo aos olhos do inimigo e possam com al. um successo tentar um ataque antes de empenhado o combate. A verdade é que empenhado o combate, e apesar da ausencia da fumaça, uma torpedeira prolongada com o costado de um encorajado, cujo casco enorme a accultará até a occasião precisa aos olhos do inimigo, poderá talvez, apparecendo repentinamente tentar algum golpe ousado, mas evidentemente, mesmo assim, fará com muito menos probabilidade de immuniidade e de successo do que se fosse protegida pelas nuvens da fumaça.

Em resumo, eis a nossa segunda conclusão: *Em um combate entre duas esquadras de encorajados ou de quaesquer navios de porte, o emprego das polvoras sem fumaça augmentará primeiramente a efficacia da artilharia; porém, uma vez empenhado o combate será igualmente favoravel ao emprego do esporão e dos torpedos destes mesmos navios, desfavoravel ao contrario a acção das torpedeiras auxiliares dos ditos navios.*

Ataque a um navio de porte ou a uma esquadra de navios de porte por torpedeiras. O

que acabamos de dizer relativamente a influencia que terá, segundo pensamos, o emprego das polvoras sem fumaça sobre a acção das torpedeiras auxiliares de uma esquadra, se applica evidentemente tambem a acção de um grupo qualquer de torpedeiras atacando s'as em pleno dia, um ou muitos navios de porte. Acreditamos mesmo que não havendo fumaça, semelhante tentativa, salvo em casos excepçoes — como por exemplo cerração espessa, salida subita e inesperada de um abrigo desconhecido feita pelas torpedeiras ou de uma ponta da costa muito proxima dos navios atacados, — não teria nenhuma probabilidade de exito.

Porém não é geralmente durante o dia, mas sim á noite, que os grandes navios tem a temer o ataque de torpedeiras. Ora, resta provar-se, em tal circumstancia, a ausencia da fumaça não será tão desfavoravel ao navio atacado como ao seu pequeno adversario. A fumaça, sabe-se, augmenta a incerteza do tiro contra a torpedeira; mas, por outro lado, ella occulta a esta a posição exata do navio, engana-a sobre a distancia em que elle se acha a cada momento e pôde por conseguinte fazer com que a torpedeira não só lance o seu torpedo ou muito cedo ou muito tarde, como tambem lhe dê uma direcção má.

Não havendo fumaça, ao contrario, a torpedeira vai direito ao alvo sem hesitação; e, se a noite é muito escura, essa grande escuridão bastará, pôde ser, para occultar até ao ultimo momento seu casco tão pequeno aos olhos dos chefes de praça que a espreitam.

Eis a terceira conclusão:

Si o emprego das polvoras sem fumaça parece tornar quasi impossivel um ataque em pleno dia de um grupo de torpedeiras contra um ou muitos navios de porte, parece, ao contrario, dar a um ataque deste genero, effectuado durante a noite, tantas ou quasi tantas probabilidades como se fosse elle effectuado no meio da fumaça.

Ataque de navios a uma bateria ou a um forte. — Quando os navios dirigem um ataque vigorosamente contra uma bateria ou contra um forte, tem em vista um destes dois objectivos: ou desmontar os canhões da fortificação inimiga, para que, uma vez o fogo completo e definitivamente extincto, possam depois entregar-se tranquillamente a outras operações em suas proximidades; ou fazer brecha em tal ou tal parte da muralha da dita fortificação para preparar um assalto, quer de suas proprias guarnições, quer das tropas de terra cujos movimentos auxiliam.

Trate-se embora da primeira ou da segunda destas duas operações, para se ter bom resultado é preciso evidentemente que o fogo da artilharia dos navios tenha uma grande precisão. Foi assim que, no rio Min, o illustre Courbet, afim de fazer passar sem perigo sua pequena esquadra ao alcance das baterias chinezas, que lhe impediam a retirada, cuidou primeiro em desmantelar essas baterias, canhoneira por canhoneira, pôde-se dizer, com o auxilio sobretudo dos canhões de grosso calibre do *Triumphante* e do *Duguay-Trouin*. Foi assim tambem que vinte annos antes, durante a guerra civil dos Estados Unidos, a esquadra do almirante Proter, empregando um fogo prolongado e methodico contra uma fortificação confederada muito temida, o forte Fisher, preparou o duplo assalto de suas companhias de desembarque e dos soldados do general Terry, assalto que foi coroado de successo.

Não ha necessidade de insistir no embaraço que, aos artilheiros dos navios obrigados a dirigir seus tiros sobre um alvo de alguns metros quadrados, produz a fumaça das proprias peças e da artilharia da fortificação atacada. Essa fumaça, é verdade, prejudica tambem muito a justeza do tiro do inimigo; porém, deve-se admitir que, qua. do navios emprehendem inutilisar uma bateria ou um forte, é porque contam em t. dos os casos com suas condições de mobilidade incessante e rapida assim como com a resistencia da couroça, si são de grandes dimensões, ou com

a pequenez do casco em caso contrario, para que tenham toda a vantagem de um tiro de precisão, proveniente tambem da ausencia completa de fumaça.

Eis a quarta conclusão:

Parece que o emprego das polvoras sem fumaça deve ser favoravel aos navios quando dirigem vigoroso ataque contra uma bateria ou contra um forte.

Do embarque novo de uma praça maritima. — É uma operação de guerra que differa muito da precedente.

Para a que precedeu, os navios obrigados a um tiro preciso, devem collocar-se á uma distancia relativamente muito curta da fortificação que atacam; no bombardeamento de uma praça maritima, ao contrario, os tiros podendo repartir-se sem inconveniente ou mesmo com vantagem por um espaço muito vasto tem elles interesse em ficar longe do inimigo para que as repostas des e sejam menos perigosas. Nestas condições, parece á primeira vista que a fumaça da artilharia longa de ser desfavoravel é vantajosa para elles, pois que contribue ainda para a sua segurança encobrendo-os do adversario cujo tiro, em verso ao d'elles, não poderia ter nenhum resultado favoravel por causa da extrema pequenez do alvo offerecido á grande distancia pelo casco do navio, a menos que não adquirisse o tiro inimigo uma precisão quasi mathematica.

Mis, no presente caso, devemos tomar em grande consideração um elemento novo: a acção das torpedeiras. Com effeito, não ha presentemente uma só praça maritima de alguma importancia, que não conte para sua defesa com o concurso dessas temiveis embarcações. Assim, uma esquadra encoberta completamente pela fumaça, quando bombardeando um porto que contivesse uma esquadra de torpedeiras, se exporia, mesmo em pleno dia, a uma surpresa que poderia custar-lhe caro.

Do que fica exposto somos levados a tirar a quinta conclusão:

Por qualquer lado que se encare a questio, o emprego das polvoras sem fumaça parece igualmente favoravel a navios bombardeando uma praça maritima.

Entrada á viva força de uma esquadra em uma bahia, um ancoradouro ou um rio. — É ainda um caso muito differente dos que acabamos de examinar. Antes de fazer qualquer raciocinio sobre a influencia da fumaça ou da ausencia della em tal occasião, parece-nos indispensavel lembrar alguns feitos de guerra, que nos poderão auxiliar.

De 30 annos para cá, todas as entradas ou todas as passagens á viva força tem sido operadas á noite pelos navios. Foi de noite que, durante a guerra civil dos Estados Unidos, os almirantes Farragut e Proter passaram entre os fortes, que defendiam a embocadura do Mississipi, depois sob as baterias de Port Hudson e, em diversas occasões, deante da immensa linha dos canhões de Vicksburg. Foi ainda de noite que, durante a guerra do Paraguay, os pequenos encorajados brazileiros orçaram successivamente os temiveis passos de Curupaity, depois os de Humaytá ainda mais facilmente defendidos e, em diversas occasoes, os de Angusara.

Qual a razão porque todos essas operações foram effectuadas no meio da obscuridade? Porque em casos semelhantes, o objectivo dos navios assaltantes não é mais desmantelar as fortificações de terra, cujo fogo elles affrontam, porém sim franqueal-as rapidamente e com menos avarias possiveis para elles. Tambem os pequenos encorajados que passaram assim sob os canhões de Vicksburg, Curupaity, Humaytá e Angusara tomaram o partido de fechar suas portas, e cujas portas eram lindas, e de responder ao fogo do inimigo.

Sus commandantes pensaram que a obscuridade da noite os protegeria sufficientemente: sem que houvesse necessidade de augmental-a com fumaça embaraçosa ás mãos nos passos estreitos, e que, si empregassem a artilharia, os canhões dos tiros dos

canhões seriam outros tantos pontos para alvo dos artilheiros inimigos.

Porém, a 5 de agosto de 1861, o almirante Farragut forçou em pleno dia a entrada da bahia de Mobile. E, então, longe de deixar silenciosos seus canhões o chefe da esquadra federal dirigiu contra as canhoneiras do forte, muito proximo do qual passava a toda força possível, um fogo muito vivo de metralha e granada.

Porque seria que o illustre almirante operou desta vez durante o dia e não a noite? Porque sabia que o passo em que penetrava estava obstruido por uma linha de torpedos, e que era preciso obrar ás claras para evitar que os navios de seu commando fossem apinhados por essas armas perigosas. E, na verdade, Farragut nessa memoravel occasião teria motivos de justa satisfação se pudessemos dispôr de pólvora que não produzisse fumaça.

Será facil demonstrar quanto uma tal pólvora seria ainda mais preciosa na epocha actual a uma esquadra, forçando um passo. Para o futuro, com effeito, em identica circumstancia os navios assitantes terão quasi sempre a temer, não somente ás explosões dos torpedos fixos, como tambem os subitos ataques das torpedeiras da defeza acultas nas anfractuozidades da margem.

Duplo perigo, que lhes vedará qualquer passagem á viva força que deva ser operada durante a noite. Serão, portanto, obrigados a agir em pleno dia, e si ficarem então envolvidos pela fumaça arriscam-se a estar á mercê das torpedeiras. Atirando ao contrario sobre os fortes com pólvora sem fumaça poderão por um lado seguir exactamente a toda a força o caminho que julgarem menos perigoso para elles; e por outro lado, evitar de projectis por um tiro preciso de suas metralhadoras e outros canhões pequenos as torpedeiras que tentarem atacal-os, e, nestas condições, todos concordaram que essas mesmas torpedeiras não terão senão fraes probabilidades de successo. De onde concluímos a sexta e ultima conclusão:

O emprego de uma pólvora sem fumaça parece muito favoravel a uma esquadra, que ousadamente tenta forçar um passo.

Conclusões geraes. — Vamos examinar succintamente as principaes circumstancias da guerra marítima, em que o emprego das pólvoras sem fumaça pôde ter uma influencia mais ou menos consideravel sobre o caracter e resultado da luta. Não nos resta sinão tirar as conclusões geraes das deducções a que fomos levados pelo estudo de cada caso particular.

Estas conclusões geraes são:

1.^a *O emprego das pólvoras sem fumaça augmenta a importancia da artilheria em combate entre dous navios isolados e tambem na primeira phase de um combate entre duas esquadras; porém, uma vez a luta empenhada entre os navios de duas esquadras, será tambem tão favoravel á acção de seus esnorões, como a dos torpedos ou omaveis lançados de seus bordos.*

2.^a *Em todos os casos, salvo talvez em uma noite muito escura, o emprego das pólvoras sem fumaça não será favoravel as torpedeiras; de dia, na maioria dos casos, tornará mesmo a acção d'ellas impossivel.*

3.^a *O emprego das pólvoras sem fumaça será em quasi todos os casos favoravel á acção dos navios contra obras terrestres, quer dirijam ataque vigoroso contra um forte, quer bombardearem uma praça marítima, quer tentem forçar um passo.*

Devem comprehender que formulando aqui estas conclusões exprimimos simplesmente idéas que nenhuma firmeza tem em nosso espirito, e que as luzes trazidas por uma discussão perfeita lastarão para modificá-las. Como pensar de outro modo si não se tem feito nenhuma experiencia, nenhum exercicio no mar com as pólvoras sem fumaça? Em resumo, só os acontecimentos de uma nova guerra marítima poderiam resolver completamente o problema.

Mas, em falta dessa sancção decisiva e tão pouco desejada, não seria facil fazer na marinha franceza o que já se tem feito no exer-

cício? Não se poderia tirar preciosos ensinamentos de simulacros de combate executados uns com a pólvora ordinaria em uso e outros com uma pólvora sem fumaça? Acreditamos que todos ou quasi todos os officiaes de marinha, consultados, responderiam claramente de modo affirmativo a estas questões. Atrahir sobre ellas a attenção dos commandantes da esquadra, da imprensa franceza e, por meio desta da opinião publica, tal foi nosso objectivo escrevendo este estudo.

C. CHABAUD-ARNAULT.

Camara dos Deputados

ACTA DA CONFERENCIA DA MESA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

Aos 17 dias do mez de fevereiro de 1892, presentes o Sr. vice-presidente, em exercicio, Oliveira Valladão, e os Srs. secretarios Athayde Junior (2.^o secretario) Cassiano do Nascimento (supplente) e Nina Ribeiro (servindo na ausencia de supplentes dos secretarios) abriu-se a conferencia da mesa para tomar conhecimento, de accordo com o n. 2.^o art. 59 da lei n. 35 de 26 de janeiro, das vagas existentes na Camara, e deliberou-se declarar vaga a cadeira do deputado Innocencio Serzedello Corrêa, por haver este accedido o cargo de ministro das relações exteriores para o qual foi nomeado por decreto de 12 do corrente, e resolveu-se mais mandar publicar no *Diário Official* de amanhã, uma relação das vagas existentes por fallecimentos, perlas de mandatos e renuncias, das quaes a Camara tomou conhecimento em suas ultimas reuniões, e telegraphar aos governadores dos estados por onde se derem as referidas vagas, ponderando a conveniencia de mandar-se proceder as eleições para seu preenchimento, antes da proxima reunião do Congresso Legislativo.

Quanto ás vagas dos Srs. José Vicente Meira de Vasconcellos, membro da junta governativa do estado de Pernambuco, Manoel Ignacio Belfort Vieira, aclamado governador do estado do Maranhão, Joaquim Francisco de Abreu, por ter accedido commissão militar, sem licença da Camara (consequentemente incursão no parographo unico do art. 24 da Constituição Federal) e Fernando Abbott, por ter incorrido na sancção do mesmo parographo, accetando a nomeação de vice-governador do estado do Rio Grande do Sul, ainda não orzanizado, após a época da promulgação da Constituição Federal, vagas essas abertas nas representações dos estados de Pernambuco (a do 1.^o) do Amazonas (a do 2.^o) e no Rio Grande do Sul, as dos dous ultimos, a mesa resolveu aguardar as manifestações da Camara dos Srs. Deputados, em sua proxima reunião. E para constar a todo o tempo, lavrei esta acta, que vai assignada pelos membros da mesa que á conferencia assistiram. — *Oliveira Valladão*, 2.^o vice-presidente. — *Athayde Junior*, 2.^o secretario. — *Cassiano do Nascimento*, supplente, servindo de 3.^o secretario. — *Nina Ribeiro*, servindo de 4.^o secretario.

Relação das vagas existentes na Camara dos Srs. Deputados para cujo preenchimento a mesa da Camara providenciou em sua conferencia de 17 do corrente.

Maranhão.—Custodio Alves dos Santos (fallecimento).

Bahia.—Antonio Euzebio Gonçalves de Almeida (idem).

Minas Geraes.—Francisco de Paula Amaral (id. m).

Rio Grande do Sul.—Ernesto Alves de Oliveira (idem).

Pará.—Innocencio Serzedello Corrêa (por ter accedido o cargo de ministro).

Pernambuco.—João Barbalho Uchôa Cavalcanti (idem).

Bahia.—Custodio José de Mello (idem).

S. Paulo.—Francisco de Paula Rodrigues Alves (idem).

Rio Grande do Sul.—Antão Gonçalves de Faria (idem).

Maranhão.—Antonio Ennes de Souza (renuncia acceita pela Camara).

Maranhão.—Augusto Tasso Fragoso (idem);

Alagoas.—Ladislau de Souza Mello Netto (idem).

S. Paulo.—Luiz Pereira Barreto (idem).

S. Paulo.—Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda (idem).

Secretaria da Camara dos Deputados 17 de fevereiro de 1892.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Rendimento do dia 1 a 16 de fevereiro de 1892..... 4:547:791\$158
Rendimento do dia 17..... 253:504\$708

Em igual periodo de 1891.... 4.801:205\$866
3.848:849\$820

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 1 a 16 de fevereiro de 1892..... 870:683\$027
Rendimento do dia 17..... 46:932\$702

Em igual periodo de 1891.. 917:616\$339
1.195:545\$743

TRIBUNAES

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SESSÃO EM 13 DE FEVEREIRO DE 1892

Presidencia do Exm. Sr. Ministro Freitas Henrique—*Secretario, o Sr. Dr. Peireira*

As 10 1/2 abriu-se a sessão achando-se presentes todos os Exms Srs Ministros a excepção dos Exms. Srs. ministros Ovidio de Loureiro, Queiroz Barros e Costa Barradas que faltaram com justa causa.

Foi approvada a acta da antecedente.

Foi assignada a correspondencia official concernente a magistratura estadual.— Mandou-se archivar.

Remetteu-se depois de approvados pelo Tribunal o relatorio de seus trabalhos durante o anno proximo findo, bem assim os mapps de todos os processos, cópias das sentenças proferidas, quer nas revistas civeis, commerciaes e crimes, appellações, agravos, reclamações, conflicts, recursos crimes e a lista de antiguidades dos juizes seccionaes e substitutos dos mesmos juizes, ao Ministerio dos Negocios da Justiça.

Julgamentos de habeas-corpus

Concedeu-se ordem de soltura aos pacientes Bellarmino da Cunha Cortes, Pedro Vieira de Freitas, Joaquim Marques, Lucio José de Souza, sob ns. 202—Relator o Sr. A. Pinto, 207—Relator o Sr. ministro Aquino e Castro, 209—Relator o Sr. Visconde de Sabará, 211—Relator o Sr. ministro Macedo Soares e 207—Relator o Sr. Ministro A. Pinto.

N. 212—Relator o Exm. Sr. Ministro Barão de Pereira Franco, paciente Manoel Carlos de Carvalho.—Adiado para a seguinte sessão, exigindo-se informação da camara criminal sobre o motivo da prisão do paciente.

N. 213—Relator o Exm. Sr. ministro Pires e Almeida, paciente Manoel José dos Santos, N. 215—Relator o Exm. Sr. ministro Macedo Soares, paciente Antonio Manoel Pinto.

N. 219—Relator o Exm. Sr. ministro Uchôa, paciente Gervasio Antonio de Sá Carneiro.—Foram julgadas prejudicadas estas tres petições de *habeas-corpus*, por já se acharem soltos os pacientes, mas, quanto a ultima passou o

pedido de informações ao Dr. chefe de policia sobre os motivos que determinaram a prisão e soltura do paciente,

N. 216—Relator o Exm. Sr. ministro Barão de Pereira Franco, paciente Eugenio da Silva. —Negada a soltura à vista das informações prestadas pela respectiva autoridade.

N. 220—Relator o Exm. Sr. ministro Visconde de Sabará, paciente Agostinho Porfirio.

N. 221—Relator o Exm. Sr. ministro Barros Pimentel, paciente João Cardoso da Silva.

N. 222—Relator o Exm. Sr. ministro Pires e Almeida, paciente Isaac Adelsony. — Deferidas estas tres petições para o comparecimento dos pacientes na sessão seguinte, ouvidos os juizes da 8ª, 6ª e 3ª pastoras.

Levantou-se a sessão as 2 horas.

O secretario.—Pedreira.

CONSELHO SUPREMO MILITAR E DE JUSTIÇA

11ª ACTA DA SESSÃO EM 17 DE FEVEREIRO DE 1892

Aos 17 dias do mez de fevereiro de 1892, estando presentes os Srs. conselheiros de guerra Barão da Passagem, Pereira Pinto, Visconde de Beaurepaire Rohan, Barão de Miranda Reis, Elisiario, Visconde de Maracajú, Barreto, Simeão, Coelho e Costa, e ministros ajudantes Pindalhyba de Mattos, Pinheiro, e Martins, o secretario da guerra deu conta do expediente que foi lançado no livro competente.

Foram relatados os seguintes processos

Pelo desembargador Souza Martins:

Marinheiro Manoel Canuto, condemnado a um anno de prisão com trabalho, por ferimento em seu camarada. — Confirmaram a sentença.

Pelo conselheiro Pindalhyba de Mattos:

Soldados de policia José Jo quim Rodrigues e Manoel Pereira Cortez, condemnados o primeiro a dois mezes de prisão, por primeira deserção simples, e o segundo a quatro mezes de prisão, por primeira deserção aggravada. — Confirmaram a sentença quanto ao primeiro, e reformaram quanto ao segundo, para considerar simples e não aggravada sua deserção.

Soldado de policia Carlos Antonio do Valle, condemnado a oito mezes de prisão por segunda deserção aggravada. — Confirmaram a sentença, devendo o réo ser expulso depois de cumprir a pena.

NOTICIARIO

Publicação.— Recbemos um fasciculo com o titulo *O ensino publico primario em Portugal e Hespanha*. E' esta uma parte do Relatorio, que, o Sr. Luiz dos Reis, professor publico commissionado pelo governo para estudar o ensino primario na Europa e nos Estados Unidos da America do Norte, entregou ao governo. As 2ª e 3ª partes do importante relatorio estudam o ensino em França e na Belgica.

A publicação foi feita a expensas do Pedagogium.

O trabalho do talentoso professor mostra sua proficiencia e o critério com que desempenhou sua commissão.

Agradecemos a gentileza da offerta.

Pagadoria do Thesouro— Pagam-se hoje o 3º, 4º e 5º districtos das obras publicas.

Correio—Esta repartição expedirá hoje malas pelos seguintes paquetes:

Pelo *Biela*, para Nova York, recebendo impressos até à 1 hora da tarde e cartas para o exterior até às 2 horas idem.

Pelo *Melero*, para Aracajú, recebendo impressos até às 9 horas da manhã, cartas para o interior até às 9 1/2 idem e ditas com porte duplo até às 10 idem.

Pelo *Imyá*, para Paranaqua, Antonina, Desterro e S. Pedro do Sul, recebendo impressos até às 6 idem, cartas para o interior até às

6 1/2 idem, ditas com porte duplo até às 7 idem.

Pelo *Segurança*, para Bahia, Pernambuco, Nova York, Barbadas e S. Thomaz, recebendo impressos até às 9 horas da manhã, cartas para o interior até às 9 1/2 idem, ditas com porte duplo e para o exterior até às 10 idem.

Pelo *Lucia*, para Victoria, recebendo impressos até às 7 horas da manhã, cartas para o interior até às 7 1/2 idem, ditas com porte duplo até às 8 idem.

Pelo *Angra dos Reis*, para a Victoria, recebendo impressos e objectos para registrar até 11 horas da manhã, cartas para o interior até às 11 1/2 e ditas para o exterior até 12 idem.

Pelo *Pernambuco*, para Bahia, Pernambuco, Lisboa e Hamburgo, recebendo impressos até às 8 horas da manhã, cartas para o interior até às 8 1/2 idem e ditas com porte duplo e para o exterior até às 9 idem.

As familias reinantes — O

Dr. Dorenz, professor de historia da Universidade de Iena, publicou recentemente em Berlim um *Genealogischer Handbuch* (atlas manual e escolar genealogico) em que apparecem as arvores genealogicas de todas as familias reinantes da Europa, desde a dynastia merovingia até aos nosos dias, e deduz que as familias actualmentes reinantes na Europa descendem pelo ramo feminino de duas princezas alemãs, irmãs, e filhas do duque Luiz Rodolpho de Brunswick, Wolfenbuttel (fallecido em 1735) e da sua consorta Christina Luiza (fallecida em 1744), filha do principe Alberto Ernesto de Cettingen.

Estas duas irmãs foram a princeza Isabel Christina e a princeza Antonietta Amalia.

A princeza, convertida ao catholicismo, casou com o imperador allemão Carlos VI, e por sua filha a imperatriz Maria Thereza de Austria, veio a ser o chefe das familias Hapsburgo-Lorena-Hapsburgo-Tosana, das duas Sicilias e de Modena; e pelos casamentos dos descendentes, e das familias reinantes de Portugal, do Brazil, de Saboia-Carignan, da Saxonia, da Baviera, de Hespania dos Bourbon hespanhios e de todos os Orleans: total, 400 descendentes todos catholicos.

A outra princeza casou com seu primo o duque Fernando II de Brunswick-Bevern, do qual teve tres filhas e um filho, o duque Carlos de Brunswick-Bevern.

As tres filhas foram as princezas Luiza Amelia, Sophia e Juliana.

A primeira casou com o principe Augusto Guilherme da Prussia, irmão de Frederico Guilherme II, originando-se dali a familia reinante da Prussia, e pelas ramificações: na linha feminina, as familias soberanas da Russia, de Mecklemburgo-Schewerin, de Baden e da Hollanda.

A segunda casou com o duque Ernesto Frederico de Coburgo Saalfeld, e veio a ser o tronco de toda a familia dos Coburgos, e pelas ramificações, das familias reinantes de Inglaterra, Belgica, Hesce, Darmstad e em parte da de Portugal.

A terceira casou com o rei Frederico V, da Dinamarca, e deste enlace tiveram origem por parte feminina as casas reinantes da Dinamarca, Holstein-Glucksburgo, Hesce-Cassel e Grecia.

Desta maneira a princeza Antonietta Amalia, morta em 1762, foi a ascendente de 365 principes da religião protestante.

Resumindo: da princeza Izabel Christina e da princeza Antonietta Amalia, filhas do duque Luiz Rodolpho de Brunswick-Wolfenbuttel descendem, pelo ramo feminino, nada menos que 765 pessoas, catholicas ou protestantes, que vivem actualmentes e constituem quasi todas as familias reinantes da Europa.

Duello—Bateram-se em duello em Pariz o conhecido explorador Charles Soller e coronel Andruzzi, por causa de uma disputa respeito da politica colonial do governo francez.

O duello, que foi à espada, realisou-se no dia 11 de dezembro ultimo, sahindo ambos os contendores feridos, Soller no ante-braco e o coronel Andruzzi no peito.

Estatistica — Estatisticas recentes mostram que ha 7.000 locomotivas em uso constante m França

Ha tam em 47.500 locomotivas estaveis, e 1.833 machinas maritimas sob a bandeira franceza.

O Falcão— O falcão constitue um dos generos em que se divide a ordem das aves de rapina diurnas.

Querem alguns que a denominação dada a estas corajosas aves provenha da palavra *falcatas*, que significa proximalmente coisa que se encurva e se az circular a modo de fouce roçadora, porque o falcão voa rolando; outros derivam a palavra falcão de *fals*, porque as garras do falcão são compostas de unhas revoltas, tambem à maneira da fouce.

Ha diferentes especies de falcões, distinguindo-se oito principaes; a saber: falcão commum, falcão azubi, falcão borni, falcão sacro, *alphenque*, *gerifalco*, *aleto*, e falcão *bustari* ou *tazavoi*. Todos diversificam, mais ou menos na grandeza, na figura, na cor da plumagem, etc; mas, em geral, pôde dizer-se que os caracteres essenciaes deste genero de aves de rapina, são: cabeça grossa, bico curto e revoltado, guarnecido na base de uma membrana carnuda, olhos algum tanto avermelhados, pernas compridas e empennadas, pés amarellos, o corpo cinzento ou branco a negro, algumas vezes ruivo ou açafalhado e alvadio, e salpicado das di's cores.

O falcão commum encontra-se em França, na Alemanha, na Suecia, na Islandia e nas illhas do Mediterraneo.

Os das regiões do norte da Europa são mais corpulentos e mais valentes.

Rarissimas vezes se approximam estas aves da terra; de ordinario pousam nos cabeços mais altos e solados; naquelles que encontram mais expostos ao sol é que os falcões costumam eificar seus ninhos, depondo as femeas de cada vez quatro a cinco ovos brancos, sarapintados de preto.

A incubação dura mul pouco tempo, e apenas os filhos podem voar expulsam os pais, obrigando-os a alongar-se do paiz em que vivem.

De todas as aves de rapina conhecidas são os falcões, não só os que apresentam formas mais esbeltas, mas tambem os mais audazes e os mais ageis. Releva advertir que o falcão macho é menos corpulento que a femca da sua especie.

Os falcões podem domesticar-se, e são susceptiveis de certo ensino; antigamente usavam-se muito os falcões nas caçadas, industriando-os os caçadores para este mister conforme a sua particular inclinação e destino que lhes prendiam dar, de sorte que haviam falcões *garçeiros*, falcões *grueiros*, falcões *perdigueiros*, etc.

Observatorio Astronomico — Resumo meteorologico dos dias 16 e 17 de fevereiro de 1892

N. DE ORDEN	DIAS	HORAS	BAROMETRO A 0	TERMOMETRO CENTIGRAO	EN-DO TEMPO	UNIDADE RELATIVA
1	13	7 hs. da noite..	751.50	23.6	18.58	63.3
2	17	1 . . . manhã.	752.31	27.0	13.80	71.0
3	.	7	752.45	24.7	17.05	61.3
4	.	1 tarde..	753.07	33.0	17.23	46.0

Thermometro desabrigado ao meio-dia: ennegrecido 59,5, prateado 44,5.
 Temperatura maxima 34,5.
 Temperatura minima 22,8.
 Evaporação 4,0.
 Ozono 4.
 Chuva no dia 16 ás 7 horas da noite e no dia 17 ás 7 horas da manhã.
 Velocidade média do vento em 24 horas 3m,5.

Estado do céu

- 1) 0,4 encoberto por cirrus e cumulus vento SE 3^m.7.
- 2) 0,1 encoberto por cirrus, vento SSE 1^m.1.
- 3) 0,3 encoberto por cirrus e cumulus, vento NW 3^m.3.
- 4) 0,6 encoberto por cirrus e cirro-cumulus, vento N4^m.3.

Santa Casa da Misericórdia

— O movimento do hospital da Santa Casa da Misericórdia, dos hospícios da Nossa Senhora da Saúde, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dores em Cascadura, foi no dia 16 de fevereiro o seguinte:

	Nac.	Est.	Total.
Existiam.....	753	774	1.527
Entraram.....	23	45	68
Sahiram.....	20	38	58
Falleceram.....	6	3	9
Existem.....	750	778	1.523

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 313 consultantes, para os quaes se aviaram 405 receitas.

Fizeram-se 50 extracções de dentes.

Obituario — Sepultaram-se no dia 14 do corrente as seguintes pessoas fallecidas de:

Acceso pernicioso—os portuguezes Henriqueta Julia da Trindade, 25 annos, casada, residente e fallecida á rua do Cattete n. 153; Avelino, filho de Joaquim Alves Ferreira, 7 1/2 annos, residente e fallecido na Praça do Castello n. 12; as fluminenses Albertina, filha de Vitalina Rita de Souza, 10 annos, residente e fallecida á rua da Relação n. 4; Guilhermina, 8 annos, solteira, residente á rua Conselheiro Bento Lisboa n. 112, e fallecida na Santa Casa; a paulista Amelia, filha de Marcos Christol, 4 1/2 annos, residente e fallecida á rua Esperança n. 3. Total 5.

Athrepsia—o fluminense Manoel, filho de José Emilio, 61 horas, residente e fallecido á rua Marquez de Abrantes n. 56.

Apoplexia pulmonar—um homem desconhecido, 25 annos, residente á rua da Alfandega, (foi verificado o obito no Necroterio.)

Apoplexia cerebral—um homem desconhecido, 40 annos presumiveis, (verificado o obito no Necroterio).

Asphyxia por submersão—um homem desconhecido, 30 annos presumiveis, (verificado o obito né Necroterio).

Broncho-pneumonia—as fluminenses Amelia, filha de José da Rocha Garcia, 22 annos e 10 mezes, residente e fallecida a rua Visconde da Silva n. 31; Albertina, filha de Alberto José Pacheco, 6 mezes, residente e fallecida á rua Silva Manoel n. 4. (Total 2).

Bronchite aguda: a fluminense Leonor, filha de Manoel José da Costa, 17 mezes, residente e fallecido á rua Jogo da Bolla n. 26.

Beri-beri—o cearense Canuto de Oliveira Rocha, 22 annos, solteiro, fallecido no Hospital Central do Exercito; o fluminense Pedro Pereira Gomes, 22 annos, solteiro, fallecido no Hospital Militar de Andaraby. (Total 2)

Convulsões—o paulista Victor, filho de José Bolaes de Figueiredo, 2 1/2 mezes, residente e fallecido á rua D. Anna Mascarendas n. 4 B; Cyrrose hepatica—o fluminense Tertuliano José de Freitas, 65 annos, casado, fallecido no hospital da Saude.

Dentição—a fluminense Clara, filha de Christina Marid da Conceição Cruz, residente e fallecida á rua Conde d'Eu n. 200.

Epilepsia—o fluminense Antonio Lopes Lameira Junior, 26 annos, solteiro, residente e fallecido á rua Barão de S. Felix n. 168; o portuguez João Nogueira, 44 annos, viuvo, residente á rua Conde do Bomfim e fallecido na Santa Casa. Total 2.

Enterocolite—os fluminenses Adolpho, filho de Antonio Francisco dos Santos, 8 dias, residente e fallecido á rua General Polydoro n. 66; Noemia, filha de Vicente de Paula de Miranda Chaves, 6 mezes, residente e fallecida á rua da Uruguanayana n. 156. Total 2.

Enterite—a fluminense Alice, filha de Paschoal Romano, 15 annos, residente e fallecido á rua de Sant'Anna n. 56.

Ásthma cardiaca—o francez Luis Coutant, 50 annos, casado, residente na Ponta do Cajú, e fallecido na Santa Casa.

Febre-convulsiva—o fluminense Henrique, filho de Rosa, 2 annos, residente e fallecido á rua das Palmeiras n. 45.

Febre-typho malarica—o portuguez Francisco Meneses Ribeiro, 40 annos, casado, residente á rua dos Voluntarios da Patria n. 41, e fallecido na mesma rua n. 19.

Febre remittente dos prizes quentes—a suissa Emilia Ineichen, 22 annos, solteira, residente e fallecida á rua do Lavradio 13.

Febre palustre—o brasileiro Paulo Luiz de Lousada, 70 annos, solteiro, residente e fallecido á rua Nova de S. Leopoldo n. 10.

Febre pernicioso—o hespanhol João Madrid, 8 annos, residente e fallecido á rua da Alfandega n. 348; o fluminense João, filho de Francisco Antonio Amato, 30 annos, residente e fallecido rua do Senado n. 40. Total 2.

Febre biliosa—o italiano Vicente de Serio, 30 annos casado, residente e fallecido á rua dos Invalidos n. 105;

Febre amarella—o arabe Jorge Abud, 30 annos, solteiro, residente e fallecido á rua do Hospicio n. 209; os portuguezes Maria da Assumpção, 17 annos, solteira, residente e fallecida á rua Conselheiro Bento Lisboa n. 63; Sebastião Alves, 31 annos, casado, residente e fallecido á rua de S. Pedro n. 162; Thomé Falacho, 46 annos, casado, residente e fallecido á rua da Harmonia n. 68; Antonio Ramalho dos Santos, 36 annos, casado, fallecido no hospital da Saude; José Pereira, 40 annos, solteiro, residente e fallecido á rua Bella de S. João n. 43; Antonio Soares Pereira de Andrade, 40 annos, casado, residente e fallecido á rua da Alfandega n. 256; Manoel Dias, 28 annos, solteiro, residente e fallecido á ladeira de Pedro Antonio n. 15; Eduardo dos Santos, 16 annos; João Gonçalves, residente á rua do Senhor dos Passos n. 10; José Corrêa da Rocha, 18 annos, solteiro; Rita de Conceição, 10 annos, residente á rua do Ouvidor n. 1; a inglesa Emma Ross, solteira, residente á rua de D. Marianna n. 19; os hespanhoes Antonio Flores, 32 annos, casado, residente á rua do Castello n. 3; Antonio Lancheu, 38 annos, solteiro, residente á rua da Misericórdia n. 54; um homem de cor branca, cabellos castanhos; outro da mesma cor, descalço; outro, idem; de bigode preto; os polacs Antonio Kuhnorsky, 30 annos, solteiro, residente á rua dos Invalidos n. 18; Yan Kolavasky, 40 annos, casado, residente na Ilha das Flores, Francisco Joaquim, casado, residente na Ilha das Flores; o austriaco André Pilaça 38 annos; os italianos José Faustino Giovanni, 30 annos, solteiro; Maria Fiorita Bertha, viuva, residente á praça da Gloria; o norte-americano Sorato Olugelo, 35 annos, fallecido no hospital de S. Sebastião; o italiano Giocôndo Teldo, 51 annos, viuvo; o inglêz Alfredo William, 20 annos, fallecidos na Santa Casa; os hespanhoes Benjamin Sanchez, 32 annos, casado, residente e fallecido á rua Sete de Setembro n. 97; Balbina, filha de Ramon Pião, 10 annos, Helena, filha de Ramon Pião, 3 annos, residentes e fallecidos á rua do Senador Pompeu n. 5; os francezes Comber Theodoro, 18 annos, solteiro, fallecido no hospital da Saude; Ernesto Franck, 23 annos, solteiro, residente e fallecido á ladeira do Meirelles n. 12 B; os italianos Maria Labengo, 22 annos, casada, residente e fallecida á rua do Riachuelo Riachuelo n. 2; Emilo Fredrezzi, 26 annos, solteiro, residente e fallecido á rua do Visconde do Rio Branco n. 59; Frederico Cassine, 59 annos, casado, residente e fallecido á rua de S. Jorge n. 39; Antonio Melione, 19 annos, solteiro, residente e fallecido no largo do Capim, kiosque n. 3; Domingos Lupo, 32 annos, casado, residente na ladeira do Castello n. 11, e fallecido na Santa Casa; os fluminenses Maria, filha de José Vieira Pacheco de Aguiar, 10 mezes, residente e fallecido á rua da America n. 85; Luiz, filho do major Luiz Teixeira Leonil, 6 mezes, residente e fallecido á rua do Conde do Bomfim n. 33. Total 39.

Insufficiencia mitral—o espirito santense Francefino Pinto do Espirito Santo, 45 annos, solteiro, fallecido no ho pital de Copacabana; o pernambucano Sabino Ramiz de Oliveira, 50 annos, residente em Cantagalho e, fallecido na Santa Casa. Total, 2

Fraqueza congenial—a fluminense Maria, filha de Antonio Alves Pires, 7 annos, residente e fallecida á rua Dr. Costa Ferraz n. 32.

Infecção purulenta—o campista Moyses Alcantara da Silva, 31 annos, solteiro, fallecido no Hospital da Saude.

Lesão organica do coração—o portuguez José Pinto Guimarães, 67 annos, casado, residente e fallecido á rua D. Feliciano n. 98.

Lesão cardiaca—o fluminense Antonio Francisco da Costa Ferreira, 55 annos, solteiro, residente e fallecido á rua General Pedra n. 187.

Meningite—o italiano José, filho de Giovanni Molinaro, 8 annos, residente e fallecido á rua do Alcantara n. 97.

Nephrite—o portuguez Joaquim Gonçalves, 46 annos, casado, residente á rua do Cattete n. 151 e fallecido na Santa Casa.

Polynevrite—o bahiano Antonio do Amaral Botelho, 32 annos, solteiro, residente á rua 1^a de Março n. 131 e fallecido na Santa Casa.

Peritonite aguda—o fluminense Ismael Augusto Ferreira Campello, 19 annos, solteiro, residente e fallecido á rua de Cachambly n. 12.

Sem declaração—João Caetano da Fonseca, 35 annos presumiveis, residente á rua do General Carvalho n. 20; Frelat Maria, 35 annos presumiveis, verificados os obitos no cemiterio de S. Francisco Xavier; o portuguez José Soares, 40 annos presumiveis, foi verificado o obito na Santa Casa. Total, 3.

Tuberculos pulmonares—o campista Arthur Francisco Fabio do Nascimento, 25 annos, solteiro, residente e fallecido á rua de S. Clemente n. 124; o fluminense Antonio Esteves da Souza, 55 annos, fallecido no Hospital do Carmo. Total, 2.

Tetano traumatico: o fluminense Laurindo José Francisco, 40 annos, viuvo, residente em Macacos e fallecido na Santa Casa.

Tetano dos recém-nascidos: o fluminense Francis o, filho de Francisco Machado da Rocha, 3 dias, residente e fallecido á rua Valença n. 20.

Variola: a fluminense Luiza, filha de Alberto do Nascimento, 4 annos, residente e fallecida á rua de D. Feliciano n. 198.

Fetos: um do sexo masculino, filho de Manoel Lopes Mesquita, residente á rua do Cunha n. 28; outro do sexo feminino, filha de Manoel Alves da Silva, residente á rua do Bomfim n. 3; outro, idem, filha de Cyria Elysaria de Jesus, residente á rua de D. Feliciano n. 164. Total 3.

No numero dos 90 sepultados estão incluidos 32 indigentes.

PARTE COMMERCIAL

Rio, 17

Cambio

Todos os bancos adoptaram a taxa officia de 12 d. sobre Londres, que regulou durante o dia.

As transacções do dia forão pequenas, constando de papel bancario directo de 12 a 12 1/8 d. de letras repassadas a 12 1/8 d. tamem e de papel particular de 12 1/8 a 12 1/4 d., fechando o mercado estavel.

Ainda ha falta de letras particulares, e, ao que parece, não ha grande procura de cambiaes da parte do commercio importador.

As taxas officiaes affixadas pelos bancos foram as seguintes:

Londres, por 1\$.	12 ^a , a 90 d/v.
Pariz, por franco	794 a 796 rs., a 90 d/v.
Hamburgo, por marco.....	980 a 981 rs., a 90 d/v.
Italia, por lira.....	804 a 812 rs., a 3 d/v.
Portugal.....	370 a 400 ^o %, a 3 d/v.
Nova York, por dollar.....	4\$110 a 4\$120, á vista.

COTAÇÃO DA BOLSA

<i>Apolices</i>	
Geraes de 200\$, 5 %	990\$000
Ditas 500\$, 5 %	990\$000
Ditas 1:000\$, 5 %	990\$000
Ditas 1:000\$, 5 %	992\$000
<i>Soberanos</i>	
Soberanos	19\$990
Ditos	20\$000
<i>Bancos</i>	
Do Brazil 1ª série	391\$000
» 2ª »	153\$000
» » »	154\$000
Da Republica	115\$000
Da Credito Rural e Internacional	29\$000
Dito idem idem	30\$000
<i>Companhias</i>	
Tecidos S. Pedro de Alcantara	130\$000
Obras Publicas	43\$000
Ditas idem	43\$500
Ditas idem	44\$000
Ditas idem	45\$000
Ditas idem	48\$000
Ditas idem	50\$000
Melhoramentos de S. Paulo	27\$000
<i>Debentures</i>	
Ca Companhia Geral Estradas de Ferro, L 11,5,0	6\$000
Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1892.— O presidente, <i>Joaquim Navarro de Andrade</i> .— O secretario, <i>A. Simonsen</i> .	

Mercadorias

Pela Estrada de Ferro Central

As mercadorias entradas no dia 17 de fevereiro foram :

	Desde 1 do mez	
Café	383.857	4.780.072 kilogs,
Carvão vegetal	33.700	395.825 »
Couros secos e salgados	—	15.170 »
Feijão	—	1.434 »
Fumo	3.144	87.460 »
Milho	—	33.411 »
Polvilho	—	9.560 »
Queijos	7.857	133.028 »
Toucinho	—	78.621 »
Diversas	9.528	545.838 »

EDITAES E AVISOS

Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda

Terrenos situados nos fundos do edificio da Casa da Moeda

Em cumprimento ao despacho do Sr. ministro dos negocios da fazenda, convido aos Srs. posseiros dos terrenos existentes nos fundos do edificio da Casa da Moeda, na praça da Republica, a apresentarem na Directoria Geral das Rendas Publicas do Thesouro Nacional, dentro do prazo de trinta dias, contados da data deste edital, seus titulos de posse, afim de entrarem em accordo para a venda dos mesmos terrenos e bemfeitorias ao Estado, visto terem de ser desapropriados taes terrenos para augmento do referido edificio.

Secretaria do Estado dos Negocios da Fazenda, 4 de fevereiro de 1892.— O official maior, *Verissimo Julio de Moraes*.

Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda

Arrendamento das lojas do predio da rua Sete de Setembro n. 3 B

De conformidade com o despacho do Sr. ministro dos Negocios da Fazenda, de 11 do corrente mez, faço publico que, dentro do prazo de 30 dias, contados da data deste edital, recebem-se nesta secretaria propostas, em carta fechada, para o arrendamento, a titulo pre-

cario, das lojas do predio n. 3 B da rua Sete de Setembro, desta capital.

Para mais esclarecimentos, os Srs. pretendentes poderão dirigir-se a D. rectoria Geral das Rendas Publicas do Thesouro Nacional.

Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, 17 de fevereiro de 1892.—O official maior, *Verissimo Julio de Moraes*.

Intendencia da Guerra

O conselho de compras desta repartição recebe propostas no dia 19 do corrente para a compra dos artigos abaixo especificados :

- 2.000 calças de panno azul, com listra encarnada para praças de infantaria;
- 2.000 sobrecasacas da mesma fazenda para praças de cavallaria;
- 3.597 gorras da mesma fazenda para praças de infantaria.

30 cornetas com bocal ponto e volta, iguaes ás que se usa no exercito.

Todas essas peças serão iguaes aos typos e aos ns. 1, 2 e 3 entregues no menor prazo possível.

Na secretaria desta intendencia prestar-se-ha qualquer informação relativa a esse fornecimento, Deixarão de ser tomadas em considerações as propostas que não foram feitas de accordo com o art. 14 do regulamento, escriptas com tinta preta, com referencia a um artigo e finalmente declaração de sujeitarem-se á multa de 5%, no caso de recusarem-se á assignatura do respectivo contracto.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1892.— O secretario, *A. B. da Costa Aguiar*.

Estrada de Ferro Central do Brazil

Recebimentos de mercadorias

De ordem da directoria se declara para conhecimento do publico que na sexta-feira proxima 19 do corrente, se receberá mercadorias nesta estrada do seguinte modo ?

Na Central mercadorias em geral e inflam-maveis desde a estação do Oriente até a de Entre Rios. E. F. Sapucahy, com excepção nas estações de Commercio e Desengano.

Em S. D'ogo, mercadorias em geral de Engenho Novo a Belém e ramaes de Santa Cruz a Macacos de Mariano Procopio a Sabará e ramal de Ouro Preto com excepção da Oeste de Minas.

Na Maritima estações de Vargem Alegre a Cruzeiro, inclusive E. de E. Sapucahy, Bana-nal e Resende a Bocaina pequenas expdições de generos alimenticios e inflammaveis.

Escritorio do trafego, 17 de fevereiro de 1892.— *Martins Guimarães Filho*, chefe do trafego.

Escola Polytechnica

INSCRIPÇÃO PARA EXAMES DA 2ª EPOCA

De ordem do Sr. Dr. director da escola, faço publico, para conhecimento dos interessados, que de 1 a 15 do proximo mez de fevereiro, se achará aberta nesta secretaria inscripção para os exames da 2ª epoca das cadeiras e aulas dos diversos cursos desta escola, relativos ao anno lectivo de 1891.

Faço tambem sciente que, de 18 a 24 do mesmo mez, serão dados os talões para pagamento das taxas de exames, as quaes deverão ficar entregues na secretaria até ao dia 25, comprovando ter sido feito o respectivo pagamento

Igualmente serão recebidos, na forma das disposições regulamentares em vigor, de 1 a 20 desse mez, os requerimentos dos candida-tos a exame dos preparatorios necessarios para admisión no 1º anno do curso geral: *algebra, geometria, trigonometria rectilinea e desenhos geometrico e elementar*.

Findos os prazos supraindicados, ninguem será mais admittido á inscripção, nem a pa-

gamento das respectivas taxas, salvo motivo provado de força maior; deixando de ser incluídos nas relações de exame os requerentes que não satisfizerem em tempo as prescripções acima estabelecidas.

Secretaria da Escola Polytechnica, 18 de janeiro de 1892.—O secretario, *Augusto Saturnino da Silva Diniz*.

Escola Polytechnica

EXERCICIO DA BIBLIOTHECA NO ANNO DE 1892

De ordem do Sr. Dr. director faço publico, para conhecimento de quem interessar, que, além das horas do expediente diurno, em que funciona a bibliotheca desta escola, para uso dos lentes, substitutos, professores, alumnos e mais pessoas decentes que a queiram consultar, estará aberta a mesma bibliotheca, na forma das disposições regulamentares em vigor, das 6 horas da tarde ás 9 horas da noite, de todos os dias uteis.

Durante o dia a entrada e sahida far-se-hão por qualquer das portas do edificio; á noite, porém, só poderão ser feitas pela porta do lado do teatro S. Pedro de Alcantara.

Secretaria da Escola Polytechnica, 8 de fevereiro de 1892.—O secretario, *Augusto Saturnino da Silva Diniz*.

Primeiro Externato do Gymnasio Nacional

Effectuam-se hoje os exames de sufficiencia do segundo anno e geometria do quarto.

Resultado dos exames de hontem: 3º anno—Arithmetica e algebra—Inhabilitados 3.

5º anno—Latim — Luiz Martins de Souza Dantas approvado.

6º anno— Historia natural — Pedro Olesio Paes Leme plenamente. 18 de fevereiro de 1892.

Primeiro Externato do Gymnasio Nacional

De ordem do Sr. reitor communico aos paes, tutores e correpondentes de alumnos que, das 10 ás 2 horas da tarde de qualquer dia util até 29 do corrente, poderão procurar na secretaria deste Externato as guias com que effectuaram na Receptororia do Rio de Janeiro o pagamento de matricula e pensão do primeiro trimestre do corrente anno. Primeiro Externato do Gymnasio Nacional, 12 de fevereiro de 1892.— O escrivão, *Joaquim José de Oliveira Alves*.

Segundo Externato do Gymnasio Nacional

De ordem do Sr. Dr. reitor, faço sciente que desde o dia 12 do corrente acha-se aberta na secretaria deste estabelecimento a matricula nos diferentes annos do curso, a qual será encerrada no dia 29 do corrente.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1892.— O escrivão, *Salathiel Firmino Gonçalves*.

Segunda escola do 2º gráo para o sexo feminino

No proprio nacional, á Praça Duque de Caxias

Acham-se abertas as inscripções de matriculas, desde hoje até o dia 29 do corrente, das 10 horas da manhã á 1 da tarde.

Escola Normal

Exame de 2ª epoca

Hoje 18 do corrente, ás cinco horas da tarde realisar-se-ha a prova escripta de arithmetica e algebra, a qual deverão comparecer todos os examinados inscritos.

As mesmas horas continuarão os exames oraes de portuguez e começarão os de francez da 1ª serie.

EDITAES

De notificação aos accionistas, abaixo descritos, da Companhia Industrial de Roupas, *etc.*, dentro do prazo de um mez da data da 1ª publicação deste edital, satisfizerem as respectivas entradas das quotas correspondentes ás suas acções e que se acham em atraso, sob pena de serem vendidas em leilão pela cotação do dia deste, por conta e risco dos mesmos accionistas, *etc.*

O Dr. Salvador Antonio Muniz Barreto de Aragão, juiz na camara commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, *etc.* Faz saber aos que o presente edital virem que, por parte da Companhia Industrial de Roupas, foi apresentada uma petição distribuida a este juizo, de teor seguinte: Illm^o. Sr. Dr. presidente da Camara Commercial. A Companhia Industrial de Roupas, com séle nesta cidade á rua de S. Pedro n. 53 e representada por seu presidente, *ex-vi* do § 1^o do art. 13 dos seus estatutos, juntos sob n. 1, requer ao Sr. juiz, a quem for esta distribuida, que sejam intimados os accionistas constantes da lista n. 2, para fazerem as entradas atrasadas e para os quaes já foram feitas as respectivas chamadas, como attestam os documentos sob ns. 3 e 4. visto serem a isso obrigados como accionistas que são da supradita companhia, documento n. 5. de quem se constituíram devedores, de conformidade com as leis em vigor. A suplicante, fundada no art. 4^o do decreto n. 850 de 13 de outubro de 1890 e art. 33 do decreto de 4 de julho de 1891 e em disposições da lei de 17 de janeiro de 1890, pede que, preenchidas as formalidades consignadas nesses artigos, sejam as mesmas acções vendidas em leilão por conta e risco de seus donos, e para pagamento das entradas acima referidas e ainda não satisfeitas, sob as penas da lei. E. R. M. Sobre uma estampilha de \$200. — Rio, 25 de janeiro de 1892. — *Evristo de Veiga Gonzaga*. Despacho: Ao Dr. Salvador Muniz. Rio, 27 de janeiro de 1892. — *Silva Mafra*. Proferiu esse juizo o seguinte despacho. D. A. Notifique-se — Rio, 28 de janeiro de 1892. — *Salvador Muniz*. Distribuição: D. a Corte Real em 28 de janeiro de 1892. — J. Conceição. A lista dos accionistas, a que se refere a petição infra, é do teor seguinte: João Gabriel de Carvalho, S. Bento n. 46, 125 acções, no valor nominal de

25:000\$. chamadas de capital 12:500\$. realizados 7:500\$. deve a 4^a e 5^a chamadas na importancia de 5:000\$. Oliveira Guimarães & Comp., S. Bento 46, 50 acções, va or nominal 10:000\$. chamadas de capital 5:000\$. realizados 4:000\$. deve a 5^a chamada na importancia de 1:000\$. Banco Commercio e Industria do Brazil, S. Pedro n. 12, 250 acções, valor nominal 50:000\$. chamadas de capital 25:000\$. realizados 20:000\$. deve a 5^a chamada na importancia de 5:0000\$. Estevão Cardoso de Oliveira Bastos, General Camara, n. 15, 25 acções, valor nominal 5:000\$, chamadas de capital 2:500\$, realizados 2:000\$. deve a 5^a chamada na importancia de 500\$. José Arnaldo Machado, Gonçalves Dias n. 50, 250 acções, valor nominal 50:000\$, chamadas de capital 25:000\$. realizados 10:000\$. deve as 3^a, 4^a e 5^a chamadas, na importancia de 15:000\$. Aniceto Pinto Monteiro, D. Luiza n. 20, 250 acções, valor nominal 50:000\$. chamadas de capital 25:000\$. realizados 15:000\$. deve as 4^a e 5^a chamadas, na importancia de 10:000\$. E por virtude do despacho supra se passou o presente edital, pelo teor do qual são notificados os accionistas acima mencionados, para sciencia de que, dentro do prazo de um mez, contado da data da primeira publicação deste, são obrigados a satisfazer a Companhia Industrial de Roupas as entradas em atraso para complemento do capital, de chamadas, visto não o terem feito por occasião das mesmas chamadas, sob pena de serem suas acções vendidas em publico leilão pelo preço da cotação na occasião deste, por conta e risco dos notificados, para pagamento de seus debitos á mesma companhia; podendo esta, caso não sejam vendidas por falta de comprador, taes acções, declarar-as perdidas, apropriando-se das entradas feitas, ou exercer contra os notificados os direitos derivados de suas responsabilidades, tudo nos termos da lei vigente e na forma da petição acima transcripta. Para constar, além deste, passaram-se mais tres de igual teor, que serão publicados por 10 vezes, durante um mez, em duas folhas de maior circulação nesta capital (sede da mencionada companhia) e affixados na forma da lei pelo porteiro dos auditorios, que lavrará a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado nesta Capital Federal aos 6 de fevereiro de 1892. Eu, José Luiz da Silva Moreira, escrivão interino, o subscrevi. — *Salvador A. Muniz Barreto de Aragão*.

De praça com o prazo de nove dias e dispensa de preções

O Dr. Joaquim de Lima Pires Ferreira, juiz da 14^a pretoria na freguezia de Inhaúma, *etc.*, Faz saber aos que o presente edital de praça com prazo de nove dias e dispensa de preções virem, que o porteiro dos auditorios deste juizo ha de trazer a publico pregão de venda e arrematação a quem mais der e maior lance offerecer aos bens abaixo descriptos pertencentes ao expolio do finado commendador José Antonio de Araujo Figueira, conforme a precatória dirigida a este juizo pelo juiz de direito da cidade de Magé, tendo a praça logar no dia 23 do corrente, ás portas do edificio desta pretoria, na estação da Piedade, depois da audiencia, que terá logar ás 9 horas da manhã e são os seguintes: um terreno na estrada da Pavuna, logar denominado Vicente Carvalho, com 550 metros ou 250 braças de frente, com mil setecentos e vinte oito metros e cincoenta e quatro decímetros ou oitocentos e trinta e cinco braças e sete palmos por um lado e mil e oito centos e setenta e seis metros e sessenta centímetros ou oito centos e cincoenta e tres braças por outro, acabando em vella latina avaliada em 2:200\$. — Uma casa no centro do terreno coberta de telhas, de pao a pique, com tres janellas, tendo duas sallas, tres quartos e uma porta para os fundos, inhabitavel avaliada em 300\$. Uma casa de pao a pique, com duas sallas e duas portas coberta de sapé avaliada em 50\$. Uma casa nas mesmas condições e commodos avaliada em 50\$. Uma outra nas mesmas condições e commodos da primeira e segunda avaliada em 50\$. Sommando tudo 2:650\$. E quem nos mesmos bens, que podem ser vistos e examinados a qualquer hora, queira lançar, compareça na referida praça em o dia, logar e hora designados. E para que chegue a noticia ao conhecimento de todos mandei lavrar o presente edital que será affixado na porta do edificio e publicado pela imprensa. Dado e passado na decima quarta pretoria em 12 de fevereiro de 1892. Eu, Rodrigo Januario de Oliveira Ramos, escrivão o subscrevi *Joaquim de Lima Pires Ferreira*. Estavam colladas duas estampilhas no valor total de quatro centos réis de sello e outros no de quinhentos réis, emolumentos do juiz.

SOCIEDADES ANONYMAS

Banco dos Operarios

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1891

Activo		Passivo	
Accionistas: entradas a realizar.....	407:686\$000	Capital:	
Caução da directoria.....	35:000\$000	Pelo de 250.000 acções a 10\$000.....	2.500:000\$000
Despeza de installação.....	24:010\$200	Garantias e responsabilidades.....	1.594:849\$000
Contracto do predio.....	8:145\$500	Garantias de hypothecas.....	80:000\$000
Mobilia do banco..... e.....	10:046\$730	Garantias de penhores.....	20:549\$000
Titulos depositados.....	1.559:849\$000	Effeitos a pagar.....	409:386\$970
Hypothecas.....	50:576\$166	Contas correntes:	
Bens hypothecados.....	80:000\$000	De Movimento.....	124:047\$145
Acções de bancos e companhias.....	886:313\$780	De peculio.....	9:119\$135
Contas correntes garantidas.....	371:605\$250		134:066\$280
Cauções.....	801:071\$600	Obrigações a premio:	
Obrigações a receber.....	321:015\$972	Pela emissão de 250.000 a 10\$000.....	2.500:000\$000
Cooperativas A e B.....	111:484\$520	Diversos saldo de varias contas.....	180:088\$940
Terrenos.....	63:566\$220	Bonificação:	
Penhores.....	11:170\$560	Saldo desta conta.....	18:147\$000
Valores penhorados.....	20:549\$000	Dividendos:	
Apolices geraes.....	14:683\$700	Saldo dos 1 ^o e 2 ^o	41:784:000
Emissões de obrigações.....	2.003:825\$000	Pelo 3 ^o a distribuir.....	75:000\$000
Premios de obrigações.....	87:700\$000	Fundo de reserva.....	116:781\$000
Amortização de obrigações.....	6:500\$000	Lucros suspensos.....	28:051\$887
Credito pessoal.....	4:260\$000		13:522\$110
Banco da Praça em liquidação.....	85\$680		
Diversos: saldo de varias contas.....	685:935\$140		
Caixa.....	79:163\$386		
	7.595:445\$496		7.595:445\$496

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1891. — *José Augusto Vinhas*, presidente. — *Alfredo Augusto de Farias*, chefe de contabilidade.